



LUIZA BRASILEIRO DE ALMEIDA

**OS EFEITOS DOS ACORDOS DE
COOPERAÇÃO SUL-SUL SOBRE OS
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO BRASIL**

LAVRAS – MG

2015

LUIZA BRASILEIRO DE ALMEIDA

**OS EFEITOS DOS ACORDDOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL
SOBRE OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO BRASIL**

Monografia apresentada ao
Colegiado do Curso de
Administração Pública, para
obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública.

Orientador

Profa. Juciara Nunes de Alcântara

LAVRAS - MG

2015

LUIZA BRASILEIRO DE ALMEIDA

**OS EFEITOS DOS ACORDDOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL
SOBRE OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO NO BRASIL**

Monografia apresentada ao
Colegiado do Curso de
Administração Pública, para
obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública.

APROVADA EM 19 de junho de 2015

Orientador

Profa. Juciara Nunes de Alcântara

LAVRAS - MG

2015

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a todos que em algum momento passaram pelo meu caminho durante meu período da graduação. Em especial à minha Vó Carol, que estaria muito feliz em ver mais essa minha conquista.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ricardo e Valéria, por sempre se esforçarem imensamente para me proporcionar uma educação de primeira qualidade, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço à minha irmã Kiu por ser meu maior exemplo de determinação e, indiretamente, por me influenciar a gostar dos aspectos econômicos e temas relacionados ao assunto.

Gostaria também de agradecer, especialmente, à minha orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso, a Profa. Juciara Nunes de Alcântara, por me orientar de forma muito satisfatória durante esta difícil etapa da minha vida universitária. Se não fosse pelo seu esforço, o meu título de bacharel em Administração Pública não seria possível.

Um agradecimento especial à Larissa que me auxiliou na análise estatística dos dados. E também ao meu amigo Gabriel.

Agradeço também ao Prof. Renato Silvério Campos pela oportunidade de ter sido sua aluna, e também por aceitar fazer parte da minha banca avaliadora. Um agradecimento especial a todos os docentes que em algum momento passaram pela minha graduação.

Agradeço à empresa Expresso Nepomuceno por me dar a oportunidade de exercer a minha primeira experiência profissional. Agradeço também à PROEC por ter me dado a oportunidade de realizar estágio dentro de uma instituição como a UFLA, me proporcionando a experiência de conhecer como é realmente trabalhar no setor público.

Agradeço aos meus amigos e ao meu namorado, por sempre estarem dispostos a me ouvir ou me apoiar nos momentos mais difíceis ao longo da minha graduação.

E um último agradecimento, à Universidade Federal de Lavras. Tenho muito orgulho de dizer que serei graduada em uma das melhores universidades federais do Brasil. Orgulho de ser UFLA!

Meu muito obrigada a todos que em algum momento passaram pelo meu caminho durante esses quatro anos e meio de graduação. Essa conquista é nossa!

RESUMO

O presente trabalho trata de um assunto da área das relações internacionais brasileiras, mais especificamente se refere aos acordos de cooperação da modalidade sul-sul estabelecidos pelo Brasil de 2000 a 2014, e pretende avaliar de que forma esses acordos causaram efeitos nos indicadores de desenvolvimento do país, sejam eles positivos ou negativos. A pesquisa tem caráter causal, pois analisa a relação de causa e efeito entre as variáveis: acordos de cooperação e desenvolvimento socioeconômico; e também se caracteriza por quantitativa. Os dados utilizados foram secundários e para analisá-los estatisticamente foi utilizado o método de Causalidade de Granger. Espera-se que os acordos de cooperação sul-sul tenham gerado efeitos positivos sobre a economia brasileira, evidenciados no aumento do PIB *per capita* e do IDH do país; e que através dos resultados obtidos, o presente trabalho possa auxiliar na formulação de novos acordos de cooperação do Brasil com outras nações e também estabelecer parâmetros para avaliação da eficiência dos acordos já firmados anteriormente.

Palavras chave: Acordos de cooperação sul-sul. Relação de causa e efeito. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cooperação técnica sul-sul bilateral.....	32
Figura 2: Cooperação Sul-sul trilateral entre países em desenvolvimento ...	33
Figura 3: Cooperação sul-sul trilateral com país desenvolvido	33
Figura 4: Cooperação sul-sul trilateral com organismo internacional	34
Figura 5: Cooperação sul-sul em bloco	34
Figura 6: Cooperação sul-sul descentralizada.....	35
Figura 7: Círculo vicioso de pobreza.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da modalidade bilateral nos continentes africano, americano e asiático, 2000 – 2014	56
Gráfico 2: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Africano, 2000-2014 .	59
Gráfico 3: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Americano, 2000-2014.	62
Gráfico 4: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Asiático, 2000-2014.	64
Gráfico 5: Acordos trilaterais brasileiros, 2000-2014	66
Gráfico 6: Cooperação em blocos, 2000-2014.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis, mensuração e fonte dos dados, 2000 - 2014.....	49
Quadro 2: Continentes, países e modalidade dos acordos.	53
Quadro 3: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Africano, 2000-2014.	57
Quadro 4: Acordos bilaterais brasileiros. Continente americano, 2000-2014	59
Quadro 5: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Asiático, 2000-2014..	63
Quadro 6: Acordos trilaterais brasileiros 2000-2014.....	65
Quadro 7: Acordos em blocos, 2000-2014	67
Quadro 8: Esquematização das hipóteses e seus resultados nos testes de causalidade de Granger	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatística descritiva dos indicadores de desenvolvimento, 2000 - 2014	54
Tabela 2: Resultados dos testes de causalidade de Granger dos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos x modalidades dos acordos de cooperação, Brasil - 2000 a 2014.....	70
Tabela 3: Resultados dos testes de causalidade de Granger das modalidades dos acordos de cooperação x indicadores de desenvolvimento socioeconômico, Brasil - 2000 a 2014.....	72
Tabela 4: Resultados dos testes de causalidade de Granger para relação bicausal das modalidades dos acordos de cooperação x indicadores de desenvolvimento socioeconômico, Brasil - 2000 a 2014.....	73

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileiro de Cooperação
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CGPD	Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento
CNAT	Comissão Nacional de Assistência Técnica
CTI	Cooperação Técnica Internacional
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAS	Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDES	Indicador de Desenvolvimento Econômico e Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SICD	Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento
SUBIN	Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivo Geral	17
1.2 Objetivos Específicos:	17
1.3 Justificativa	17
1.4 Contextualização: Cooperação técnica para o desenvolvimento.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Cooperação internacional para o desenvolvimento.....	27
2.2 Acordos de cooperação técnica.....	29
2.3 Cooperação Sul-sul	30
2.4 Teorias de desenvolvimento econômico nas relações internacionais	36
2.4.1 Teorias tradicionais do desenvolvimento	37
2.4.2 Teorias alternativas do desenvolvimento.....	43
2.5 Indicadores de desenvolvimento econômico	44
3 METODOLOGIA	48
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	48
3.2 Dados e coleta de dados	48
3.3 Técnicas de Análise	49
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	52
4.1 Análise descritiva	52
4.1.1 Modalidade I: Acordos bilaterais	54
4.1.2 Modalidade II: Acordos trilaterais	64
4.1.3 Modalidade III: Acordos em blocos	66
4.2 Causalidade de Granger.....	68
5 CONCLUSÃO.....	76
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
APÊNDICES	83
APÊNDICE A – Resultados das análises descritivas.....	83
APÊNDICE B – Resultados dos testes de Causalidade de Granger.....	84

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem buscado reconhecimento internacional privilegiando as negociações internacionais, exercendo a multilateralidade de suas relações. Países como o Brasil tem adotado instrumentos internacionais multifacetados, buscando os benefícios das possibilidades do sistema internacional, além de se remodelar no papel de liderança, visando desta forma beneficiar os países em desenvolvimento e atuar no contexto regional com uma perspectiva hegemônica (LIMA, 1990).

As relações internacionais e os acordos de cooperação entre nações consistem em um destes instrumentos e podem ser de extrema importância para o desenvolvimento de um país, uma vez que nenhum deles, por mais autônomo que seja, pode prescindir desse tipo de comportamento mantendo-se isolado ou fechando suas fronteiras (MYAMOTO, 2000). O autor ainda destaca que a cooperação técnica internacional (CTI) é uma das principais ferramentas para o adensamento das relações do Brasil com os outros países, dando ênfase na integração social, política e econômica.

O cenário mundial após a segunda metade do século XX vem sendo caracterizado pela existência de diversas modalidades de acordos de cooperação técnica, dentre elas a denominada “sul-sul”, que ganhou significativa relevância e entrou para a agenda das políticas exteriores, principalmente, dos países emergentes (ABC, 2013).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014), um acordo de cooperação é um mecanismo utilizado entre países emergentes em resposta a desafios comuns. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), também conhecido como Itamaraty, a cooperação técnica sul-sul brasileira, é caracterizada pela transferência de conhecimentos, capacitação técnica de recursos humanos e pelo emprego de mão de obra especializada que reconheçam as peculiaridades de cada país. Tal cooperação se baseia na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil e outros países em desenvolvimento.

Fundamenta-se no princípio garantido na constituição da cooperação entre povos a favor da humanidade, conforme definido por um dos 8 objetivos do milênio estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visa o trabalho coletivo objetivando o desenvolvimento (ONU, 2015).

As principais demandas desse tipo de acordo de cooperação concentram-se em agricultura, saúde, educação e formação profissional. Porém outras áreas são contempladas, como por exemplo: governo eletrônico, administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, cooperativismo, empreendedorismo, desenvolvimento urbano, cultura, justiça, comércio exterior, direitos humanos, etc. Segundo o MRE (2001), o Brasil não considera esta relação como de ajuda, mas sim uma parceria pela qual todas as partes envolvidas se beneficiam, ou seja, adota o princípio da horizontalidade na cooperação.

De acordo com o Manual de Gestão e Cooperação Técnica Sul-sul, (ABC, 2013), dentre as diversas modalidades de cooperação, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento é uma das que apresenta o maior volume de resultados positivos no quadro geral dos fluxos de intercâmbio entre países em desenvolvimento. Desta forma, os acordos de cooperação sul-sul estabelecidos pelo Brasil no período de 2000 até 2014, certamente trouxeram consigo alguns efeitos sociais, econômicos e de desenvolvimento. Esta consiste a principal questão que se pretende investigar aqui, ou seja: os acordos de cooperação sul-sul estabelecidos de 2000 a 2014 causaram desenvolvimento socioeconômico no país?

Este estudo se encontra dividido em 5 seções. Além desta, a segunda traz os principais fundamentos teóricos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), da cooperação técnica, as especificidades da modalidade sul-sul, as principais teorias das relações internacionais para o desenvolvimento e a descrição dos indicadores de desenvolvimento que serão analisados estatisticamente. Na terceira seção, pode-se encontrar os principais procedimentos metodológicos utilizados. Na quarta seção serão

evidenciados os resultados e discussões. Na última seção estão descritas as principais conclusões do estudo.

1.1 Objetivo Geral

Investigar se os acordos de cooperação Sul-sul estabelecidos de 2000 a 2014 causaram desenvolvimento socioeconômico no país.

1.2 Objetivos Específicos:

- a) Descrever os acordos de cooperação sul-sul realizados pelo governo brasileiro a partir de 2000;
- b) Classificar as modalidades dos acordos de cooperação realizados pelo governo brasileiro neste período;
- c) Investigar a relação entre estes acordos e os índices de desenvolvimento socioeconômico no país.

1.3 Justificativa

Segundo Ayllón (2006) o Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD) é uma das áreas menos conhecidas no estudo das Relações Internacionais. Embora seja um campo específico de estudo, é surpreendente a escassez de interesse e a carência de estudos e pesquisas sobre a cooperação voltada para o desenvolvimento. Desta forma, perde-se uma grande oportunidade de elaboração de materiais e oportunidades para os futuros operadores de políticas externas brasileiras. O Brasil, em sua dupla condição de receptor e doador deste tipo de modalidade de cooperação, pode enriquecer o debate sobre o assunto através de suas experiências e diferentes perspectivas.

A cooperação sul-sul, como será evidenciada ao longo do estudo, não apresenta interesses econômicos (ABC, 2015). Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a cooperação sul-sul volta-se para aspectos solidários, visando o desenvolvimento e fortalecimento dos países recipiendários de sua cooperação técnica, proporcionando a eles um crescimento socioeconômico sustentável, melhoria da qualidade de vida e

capacitação de seus recursos humanos. Porém, alguns autores defendem que a cooperação sul-sul, na realidade, continua com um caráter assimétrico como o identificado na cooperação norte-sul, mascarando outros interesses, como por exemplo, possibilidade de conquista de novos mercados e interesses comerciais (BERNDT, 2009).

Para defender esta ideia, Thérien (2001) afirma que as políticas de ajuda continuam seguindo um modelo verticalizado, contradizendo os princípios defendidos pela cooperação técnica. Correia (1997) também ressalta a crítica e afirma que a assimetria prevalece na cooperação sul-sul, alegando que os países que praticam a cooperação sul-sul apresentam diferentes graus de desenvolvimento, sendo que supostamente deveriam ser semelhantes; e que desta forma é praticamente impossível evitar uma verticalização da relação entre esses países.

Correia (1997) afirma também que o Brasil não busca aquisição de conhecimentos com a cooperação técnica internacional. Segundo o autor, as vantagens buscadas pelo Brasil nesta modalidade de cooperação, são a aproximação política e comercial com os países recebedores, reforçando sua posição de líder entre os países emergentes. Silvestre (1996) resgata a visão de jogo de poder que permeia as relações internacionais. Segundo a autora, a assimetria verificada no modelo tradicional de cooperação técnica internacional e suas críticas aos países do sul, correspondem à realidade do sistema internacional como um todo.

Berndt (2009) ainda ressalta que os países em desenvolvimento que buscam maior projeção no cenário internacional estão através da cooperação sul-sul, justamente buscando o futuro ao seu favor, seja entrando na concepção de países desenvolvidos ou promovendo um “mundo menos desigual”. No caso das relações entre Brasil e África, os dois principais objetivos da política brasileira são, segundo a autora: interesses políticos e econômicos no continente africano e parte da política de projeção nacional perante o cenário internacional (BERNDT, 2009). A autora ainda ressalta

que a África representa um importante potencial para as exportações brasileiras e um mercado para seus bens de consumo.

Desta forma, vê-se que embora a cooperação sul-sul apresente ideologia social, promovendo o desenvolvimento para o país recipiendário, também pode representar uma forma de inserção internacional para o país doador, promovendo desenvolvimento econômico interno na medida em que, por meio da cooperação, busca também objetivos econômicos. Espera-se que os acordos de cooperação sul-sul tenham causado aumento nos índices de renda a nível nacional, uma vez que o país doador da cooperação (no caso o Brasil), ao levar suas instituições para os países recipiendários tenha, conseqüentemente, causado desenvolvimento e trazido qualidade de vida para a população brasileira. Espera-se que com o atual estudo, seja possível verificar se tais acordos apresentam alguma relação com o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, seja positiva ou negativa.

O trabalho pretende contribuir como pesquisa e fonte de informações sobre o assunto que ainda não possui uma grande produtividade acadêmica no Brasil. Também se espera que contribua para o aprimoramento da eficiência dos formuladores de políticas externas do país, revelando os reais efeitos dos acordos de cooperação já realizados e se estes foram relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Além disso, desta forma o trabalho também pode auxiliar no fomento às decisões de cooperação internacional, permitindo a discriminação e identificação da existência de modalidades de cooperação que não tenham gerado desenvolvimento para o país. Assim, os formuladores de política externa podem por meio dos resultados aqui obtidos, intensificar as ações direcionadas para as modalidades de cooperação que oferecem resultados para o país, e elaborar melhor as diretrizes daquelas modalidades de cooperação que não tem gerado efeitos satisfatórios para o Brasil.

1.4 Contextualização: Cooperação técnica para o desenvolvimento

Como consequência da Segunda Guerra Mundial, em julho de 1944, na Conferência de Bretton Woods, realizada nos Estados Unidos da América, tiveram início as atividades de cooperação técnica internacional. As primeiras iniciativas foram incentivadas pelas Nações Unidas e resultaram na criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de auxiliar na reconstrução dos países afetados pela Segunda Guerra e acelerar o desenvolvimento de países menos industrializados (ABC, 2015).

Em 1948, a expressão “assistência técnica” foi instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, referindo-se às transferências de caráter não comercial, às técnicas e conhecimentos, a partir de projetos a serem desenvolvidos em conjunto com atores alocados em diferentes níveis de desenvolvimento. Mas em 1959, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu rever o conceito de assistência técnica, substituindo o termo por “cooperação técnica”, tornando-o mais propício para definir uma relação que, tanto pressupõe a existência de desigualdade entre os envolvidos, quanto representa uma relação de trocas e interesses mútuos entre as partes (ABC, 2015).

A carência de instituições capacitadas era considerada como principal entrave para o desenvolvimento de um país. Sendo assim, a cooperação internacional deveria firmar como prioridade a capacitação institucional (ABC, 2015). Desta forma, de acordo com a ABC, foi adotada como condição essencial para que os países que recebessem a ajuda técnica desenvolvessem sua autonomia através de instituições capacitadas em áreas como: administração pública, planejamento, ciência e tecnologia, gestão de projetos e programas governamentais, etc.

Vários países desenvolvidos engajaram-se nos programas de cooperação, que tiveram sua continuidade garantida mesmo após a reconstrução dos afetados pela Segunda Guerra Mundial. Organismos

internacionais, como por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), viabilizaram a capacitação de países em desenvolvimento em áreas consideradas estratégicas, através do recrutamento de especialistas disponíveis no mercado internacional para atuação, implementação e apoio financeiro dos projetos definidos (ABC, 2015).

Na década de 1970, graças às experiências positivas acumuladas pelos países em desenvolvimento no que se refere aos acordos de cooperação que poderiam ser transferidas para outros países com problemas semelhantes, a ONU desenvolveu o conceito de “cooperação técnica entre países em desenvolvimento” (CTPD), ou “cooperação horizontal”, se contrapondo a ideia predominante anteriormente de cooperação norte – sul (ABC, 2015).

Desta forma, conseguimos identificar como a cooperação técnica se tornou um importante instrumento auxiliar para a promoção do desenvolvimento nacional e um forte mecanismo de estreitamento entre as relações internacionais (ABC, 2015).

No Brasil, a iniciativa de implantação de um sistema de cooperação técnica internacional ocorreu em 1950, a partir da criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), que foi composta por diversos entes governamentais (ABC, 2015). Segundo a ABC, em 1969, foi feita uma reforma institucional do sistema internacional de cooperação, que por decreto, centralizou as competências referentes à cooperação técnica na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Devido ao considerável volume de recursos externos disponibilizados para as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, surgiu a necessidade do fortalecimento institucional brasileiro e adequação das demandas às diretrizes e prioridades definidas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Por isso que, em 1984, foi feito um novo remanejamento dos mecanismos do Sistema de Cooperação Técnica que apresentava dois sub-comandos: a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e a Sub-

Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), da Secretaria do Planejamento (Seplan) – antigo nome do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Era de responsabilidade da Subin as funções técnicas, como estudo, análise, aprovação e acompanhamento dos projetos; enquanto a divisão era encarregada dos aspectos políticos da cooperação. O principal motivo para a existência dessa dualidade consistia no fato de a principal vertente de cooperação brasileira ser constituída pelo recebimento de diversos países desenvolvidos. O apoio do IPEA se mostrou decisivo neste momento da cooperação brasileira, devido à concessão de profissionais de alto nível para a Subin (IPEA, 2014).

No novo reexame do sistema, as funções desempenhadas pela Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e pela Subin foram fundidas, dando origem à ABC no ano de 1987, representando um novo avanço para o país no que diz respeito à Cooperação Técnica Internacional (CTI). O Brasil, neste momento, era considerado como graduado na condição de país em desenvolvimento e, conseqüentemente, cada vez mais capacitado para ser fornecedor de cooperação técnica (IPEA, 2014).

A criação da ABC ocorreu em um momento de grandes mudanças nos fluxos da cooperação intencional voltada para o desenvolvimento. No Brasil essas transformações se materializaram de duas formas distintas: no âmbito das relações de cooperação técnica do Brasil com o sistema multilateral, foi introduzido um novo modelo de gestão multilateral, que passou a priorizar o controle dos programas de cooperação técnica implementados pelos organismos internacionais nos países em desenvolvimento; e também se permitiu ampliar a cooperação técnica sul-sul, pois a ABC foi criada eminentemente para atuar neste eixo de cooperação (ABC, 2015).

A estrutura operacional da agência e a composição dos seus sistemas gerenciais e quadros de recursos humanos foram progressivamente sendo estruturados para o expressivo crescimento dos programas de cooperação horizontal, que se ampliaram consideravelmente em termos de parceiros

atendidos, projetos implementados e recursos desembolsados. Nos dias de hoje, a cooperação sul-sul brasileira está presente nos continente americano, africano e asiático, seja por meio de acordos bilaterais ou parcerias triangulares entre governos estrangeiros e organismos internacionais (ABC, 2015).

O Brasil alcançou um estágio de desenvolvimento que fez com que algumas instituições brasileiras fossem requisitadas com crescente intensidade, tanto por países interessados na experiência existente quanto por organismos internacionais. O Governo brasileiro passou a ter como pressuposto que a cooperação técnica deveria contribuir de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a consolidação da autonomia nos temas abordados. A mesma ideia se aplica à cooperação técnica prestada pelo Brasil a outros países, uma vez que a missão da ABC, através dos acordos horizontais, é definida como: a contribuição para o estreitamento das relações brasileiras com outros países em desenvolvimento, e assim ampliar seus intercâmbios para geração, disseminação, aplicação de conhecimentos técnicos e capacitação de recursos humanos para o fortalecimento institucional, por meio do compartilhamento de políticas públicas bem sucedidas (ABC, 2015).

Com a criação da ABC foi definitivamente estabelecida uma coordenação específica denominada Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD) com o objetivo de estabelecer uma comissão para tratar exclusivamente da cooperação entre países em desenvolvimento. Sua função é coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar a cooperação que visa o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de diversos países e organismos internacionais (ABC, 2014).

A cooperação sul-sul é priorizada pela política externa brasileira, tendo em vista sua capacidade de estreitar laços, esperando que seja um dos caminhos mais seguros para que seja alcançado não só o desenvolvimento

sustentável, mas também o aumento do nível de qualidade de vida das populações através de uma maior justiça social (ABC, 2014).

O trabalho da CGPD no Brasil é possível a partir da transferência de conhecimentos técnicos e experiências brasileiras em bases não comerciais, promovendo, desta forma, a autonomia dos parceiros. Para que isso seja possível, são utilizados treinamentos, consultorias e eventuais doações de equipamentos (ABC, 2014).

Segundo a ABC, a missão da CGPD é:

“Contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação de seus intercâmbios, geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, capacitação de seus recursos humanos e para fortalecimento de suas instituições”.
(ABC, 2014).

O Brasil possui um importante acervo de instrumentos, conhecimentos técnicos e soluções que podem ser aplicados em países carentes de recursos e “know-how” (conhecimento prático em alguma área de atuação). A estratégia principal de atuação prestada no Brasil não é assistencialista, não tem fins lucrativos nem pretensões comerciais, inicialmente, mas está focada no fortalecimento institucional dos parceiros, proporcionando condições para que a transferência e obtenção de conhecimentos sejam efetivas (ABC, 2014).

As relações internacionais brasileiras atingiram seus níveis mais significativos de reconhecimento a partir do governo Lula (2003 – 2010). Neste contexto, a diplomacia brasileira buscou estabelecer vínculos em todos os continentes (VISENTINI, 2013). Segundo o autor, o Brasil estava deixando para trás a visão pessimista e de baixa autoestima percebida nos Governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, que viam o país como atrasado em relação às nações ricas. O presidente Luis Inácio Lula da Silva se mostrou um líder carismático e adotou uma diplomacia dotada de sentido tático estratégico, de visão a longo prazo. Os canais de contato com o “primeiro mundo” foram preservados, garantindo a obtenção de recursos, negociando a dívida externa e sinalizando que o Governo desejava cumprir

com os compromissos internacionais sem que houvesse uma quebra brusca nos modelos macroeconômicos. Visentini (2009) aponta que a diplomacia política por sua vez, representou o desejo de desenvolver e firmar uma diplomacia ativa e afirmativa. Durante esta fase, houve o redimensionamento do Itamaraty devolvendo-o sua posição estratégica na formulação e execução das políticas externas, abertura de diversas embaixadas, principalmente na África e Ásia, países que juntamente com o Brasil, constituem os principais aliados dos acordos de cooperação sul-sul. Por fim, o projeto interno do Governo Lula foi de encontro a uma agenda que buscava corrigir as deformidades criadas pela globalização centrada apenas em comércios e investimentos livres e passando a sinalizar a construção de um alternativo modelo socioeconômico.

Durante o Governo Lula, em 2003, os países Brasil, Índia e África do Sul constituíram O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), que representa um dos mais importantes esforços cooperativos do Sul no mundo pós Guerra Fria. O Fórum apresentou iniciativas inéditas referentes à cooperação sul-sul e, desta forma, lançou parâmetros ainda não discutidos sobre o comportamento perante o sistema internacional. O IBAS representa uma forma de concentração político-diplomática que trata de diversos temas, tendo em vista as significativas semelhanças entre os três países, já que eles desenvolveram capacidades específicas em diversos setores durante décadas. Foi considerado um importante avanço no que diz respeito aos acordos de cooperação sul-sul, pois os países membros buscaram novas formas de incrementar suas ações internacionais, explorando elementos valorizados na nova ordem mundial. Também buscaram reforçar seu desenvolvimento econômico por meio de caráter complementar às suas indústrias, tecnologia, serviços e comércio; além da postura de atuação nas organizações multilaterais. (VISENTINI, 2013).

A sucessora de Lula na presidência do Brasil, Dilma Rouseff, deu continuidade às políticas externas adotadas no governo anterior, apesar de seu temperamento mais técnico, centralizador e introspectivo. Além disso,

também voltou seus esforços para o fortalecimento da economia brasileira diante da crise econômica internacional. No governo Dilma, buscou-se novas orientações do posicionamento brasileiro diante do conturbado cenário mundial, devido à Primavera Árabe e da Crise Europeia, sempre objetivando aumentar a participação e a influência do Brasil na política internacional. (VISENTITI, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperação internacional para o desenvolvimento

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem sua origem no mundo do pós Guerra Fria, composto pelos países ocidentais capitalistas, países comunistas e países que foram denominados como “terceiro mundo”, muitos dos quais dependiam de assistência externa para sustentação de suas economias e construção de suas instituições nacionais (SOUZA, 2014).

A CID é a cooperação internacional voltada para o desenvolvimento dos países envolvidos. A CID contemporânea se mostra muito mais complexa e multifacetada pelo fato de que, nas últimas décadas, muitos países que antes eram considerados como recipiendários, passaram a ser doadores (SOUZA, 2014). De acordo com o autor, simultaneamente a este processo, outras organizações como fundações, empresas multinacionais e organizações não governamentais, passaram a ter papel relevante na nova CID.

Segundo Souza (2014), o conceito de “assistência” (tradicionalmente empregado por países desenvolvidos), é utilizado pelos países do sul como “cooperação”. A cooperação, ao contrário de assistência, remete a uma relação de benefícios mútuos, maior participação e horizontalidade. Desta forma, torna-se possível distinguir o fenômeno verificado no âmbito norte-sul, daquele verificado no âmbito sul-sul. Esta distinção também é abordada por Sachin Chaturvedi (2012), que considera a assistência para o desenvolvimento norte-sul guiada pelo princípio filosófico do altruísmo, enquanto a sul-sul é guiada pelo benefício mútuo das partes.

É frequente nas fontes de consulta que abordam este tema, a utilização do termo “ajuda externa” em substituição de “assistência ao desenvolvimento ou cooperação para o desenvolvimento” (AYLLÓN, 2006). O termo “assistência ao desenvolvimento”, segundo Breuning (2002) sugere uma situação desigual, na qual existe um receptor e um doador, ou seja, um que dá e outro que recebe. A cooperação para o desenvolvimento refere-se,

além de uma ideia de doador e receptor, também a uma meta explícita de desenvolvimento.

Outros autores que também enfatizam a diferença entre os termos. Silvestre (1996) afirma que com a substituição de “assistência técnica” por “cooperação técnica”, entende-se uma maior igualdade entre as partes envolvidas e maior participação nos processos de decisão e implantação dos projetos. Miranda (2004), ao abordar o assunto, afirma que cooperação se refere a uma relação bidirecional, na qual ambas as partes tem alguma contribuição para mudanças ou melhorias para os dois lados.

De acordo com Galám (1999) existem duas definições pertinentes, para que não sejam confundidas a natureza e as finalidades da ajuda externa para a ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD). A primeira delas é a CID, que é um conjunto de ações internacionais praticadas por atores tanto públicos quanto privados, entre países com diferentes níveis de renda, promovendo o progresso econômico e social, além de alcançar um progresso mundial mais justo e equilibrado, objetivando a construção de um mundo mais pacífico e seguro; constituindo um ramo específico que traça como metas a solidariedade, equidade, eficácia, interesses mútuos, sustentabilidade e corresponsabilidade; e tem como finalidade principal a erradicação da pobreza e exclusão social e o incremento de níveis permanentes de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países do sul.

A segunda é sobre o SICD, que é constituído por uma rede de instituições públicas e pela sociedade civil, que conjuntamente, promovem ações de CID. É formado por organizações de naturezas, orientações e funções distintas, dentre elas: organismos internacionais, organizações não governamentais, governos dos países receptores e doadores, empresas e entidades da sociedade civil. Tem como principal objetivo a consolidação de atividades que promovam ações de cooperação voltadas para o desenvolvimento.

O conceito de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), também é utilizado para se referir à ajuda internacional de forma mais abrangente, no

âmbito de cooperação, no que se refere ao sistema internacional para o desenvolvimento. Segundo Berndt (2009), a AOD consiste em transações de agências oficiais de governos nacionais ou locais para instituições multilaterais ou países em desenvolvimento.

2.2 Acordos de cooperação técnica

A horizontalização da cooperação é uma tendência que vem influenciando diretamente nos instrumentos de cooperação brasileira, sendo a cooperação técnica uma das principais ferramentas de aproximação de promoção nacional do Brasil e uma importante forma de aproximação diplomática com outros países (BERNDT, 2009).

Segundo o Itamaraty (2014), o Brasil concentra sua política externa de longo prazo para os países em desenvolvimento. Este compromisso melhor se expressa por meio da cooperação técnica, que fica sob responsabilidade da ABC, que, em sua essência, visa o estímulo ao atingimento do desenvolvimento autônomo.

Os acordos de cooperação entre países em desenvolvimento também se caracterizam como cooperação funcional ou técnica, que é considerada um dos pilares principais da cooperação internacional (ABC, 2015). O seu foco principal é o desenvolvimento de habilidades e capacidades, como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país em que a parceria está sendo estabelecida, visando a autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios referentes ao desenvolvimento (ABC, 2013).

Segundo Herz e Hoffmann (2004), a cooperação técnica se refere a uma área específica de atuação e recebe a seguinte definição:

“Cooperação em uma área temática específica no âmbito das questões sociais e econômicas. Pode ser realizada em diversos graus de institucionalização, desde iniciativas diplomáticas *ad hoc* (arranjos *ad hoc*: criados para gerar cooperação em um momento específico), regimes internacionais, até organizações internacionais” (HERZ E HOFFMANN, 2004, pg 75).

A cooperação técnica, segundo Armino (2000) consiste em uma modalidade de cooperação que está centrada no intercâmbio de conhecimentos técnicos e de gestão, que tem como objetivo o aumento das capacidades institucionais dos países recipiendários, a fim de desenvolver seu próprio desenvolvimento.

Das modalidades tradicionais de ajuda ao desenvolvimento, a cooperação técnica é considerada a que envolve os menores custos, se destacando como um instrumento adequado para países com escassez de recursos e proporcionando condições para que a cooperação sul-sul seja estabelecida (BERNDT, 2009).

2.3 Cooperação Sul-sul

A ideia de cooperação entre países do sul, denominada cooperação sul-sul, não é recente. Durante os anos 70, um grupo de países até então sem muito reconhecimento no cenário internacional, experimentou um crescimento industrial acelerado, buscando novas formulações e reivindicando mais espaço no ordenamento mundial (SARAIVA, 2007). O esforço de coalizão entre os países do hemisfério sul surgiu a partir de interesses e estratégias comuns, diante de um cenário mundial interdependente e assimétrico (RODRIGUES, 2010).

De acordo com dados fornecidos pelo Governo Federal Brasileiro, mais especificamente pelo Palácio do Planalto (2015), a cooperação técnica sul-sul se insere nessa perspectiva de mudanças identificadas em cenário global, oferecendo aos governos locais a oportunidade de se tornarem protagonistas no processo de renovação da agenda de cooperação internacional. A cooperação sul-sul vem ganhando forte projeção nos últimos anos diante dessa perspectiva. Essa modalidade de cooperação é uma ação de solidariedade entre os países envolvidos, possibilitando o aumento do bem estar nacional e também contribuindo para a realização das metas estabelecidas internacionalmente.

Segundo Pino e Leite (2009) a modalidade sul-sul, passou a ser considerada como eficiente na promoção de desenvolvimento devido,

principalmente, a três aspectos: i) pela maior aplicabilidade de soluções concebidas nos países do sul, ii) pelo deslocamento de atividades relacionadas às pesquisas em países industrializados para o setor privado, impossibilitando sua transferência gratuita ou de baixo custo; e iii) pela ausência ou grau reduzido de condicionalidades (de governança ou macroeconômicas) ligadas à assistência provida pelos países em desenvolvimento.

Segundo o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-sul (ABC, 2013):

“A cooperação técnica Sul-Sul é entendida como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento socioeconômico (ABC, 2013, pg 13).”

Já o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (2009), define a modalidade sul-sul de cooperação como uma representação genuína de transferência de recursos de um país, que oferece programas de cooperação para as economias de países parceiros. Também afirma a cooperação sul-sul como uma definição para doações e empréstimos concessionais proporcionados por um país do sul para que outro possa financiar seus projetos, programas, e assistência humanitária, exercendo assim a cooperação técnica e contribuindo com as instituições multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento.

As bases desse tipo de cooperação são: o desenho, a implementação técnica e a gestão compartilhada de ações e projetos, implementadas graças ao envolvimento das instituições cooperantes do Brasil e do(s) país(es) parceiro(s) desde a fase de implementação até a avaliação de resultados (ABC, 2013).

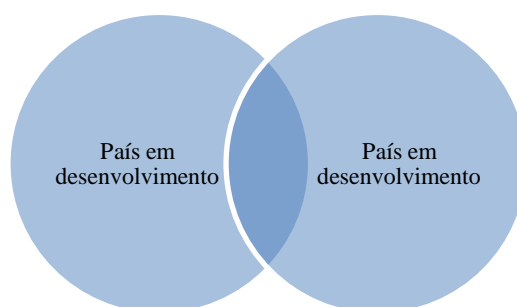
Um projeto na área de cooperação técnica sul-sul é uma iniciativa temporária. A principal função de um projeto de cooperação técnica é a de proporcionar acesso, obtenção e aplicação de conhecimentos, permitindo aos

agentes locais de desenvolvimento, o fortalecimento de suas capacidades. Este processo envolve aprendizagem nas dimensões organizacional, interinstitucional e individual. A partir dessa ação, recursos humanos técnicos, financeiros e materiais são transformados em produtos tangíveis, como cursos, capacitação, estudos, e que, conseqüentemente, contribuirão para o desenvolvimento das capacidades necessárias para a solução de um problema ou modificação de alguma situação considerada insatisfatória (ABC, 2013).

Os acordos de cooperação sul-sul podem ser classificados em quatro modalidades segundo o Manual de gestão da cooperação técnica sul-sul (2013). São elas:

I – Cooperação técnica sul-sul bilateral: ambos os parceiros são países em desenvolvimento:

Figura 1: Cooperação técnica sul-sul bilateral



Fonte: Elaboração própria.

II – Cooperação técnica sul-sul trilateral: essa modalidade é dividida em três submodalidades.

- a) Cooperação Sul-sul trilateral entre países em desenvolvimento: todos os parceiros, em número de três ou mais, são países em desenvolvimento;

Figura 2: Cooperação Sul-sul trilateral entre países em desenvolvimento



Fonte: ABC, Agência Brasileira de Cooperação, Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-sul (2013).

- b) Cooperação sul-sul trilateral com país desenvolvido: dois países em desenvolvimento cooperam entre si, com participações de um país desenvolvido;

Figura 3: Cooperação sul-sul trilateral com país desenvolvido



Fonte: ABC, Agência Brasileira de Cooperação, Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-sul (2013).

- c) Cooperação sul-sul trilateral com organismo internacional: dois ou mais países em desenvolvimento cooperam entre si, com participação de um organismo internacional.

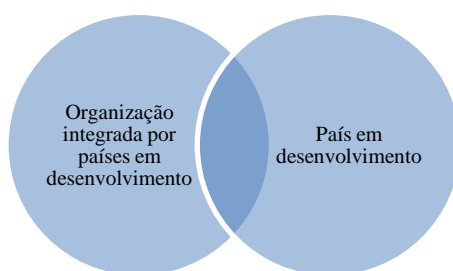
Figura 4: Cooperação sul-sul trilateral com organismo internacional



Fonte: ABC, Agência Brasileira de Cooperação, Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-sul (2013).

III – Cooperação sul-sul em bloco: se dá no âmbito de arranjos e/ou organizações sub-regionais, regionais ou inter-regionais integrados por países em desenvolvimento e dos quais o Brasil faz parte, como por exemplo: IBAS, MERCOSUL e UNASUL.

Figura 5: Cooperação sul-sul em bloco

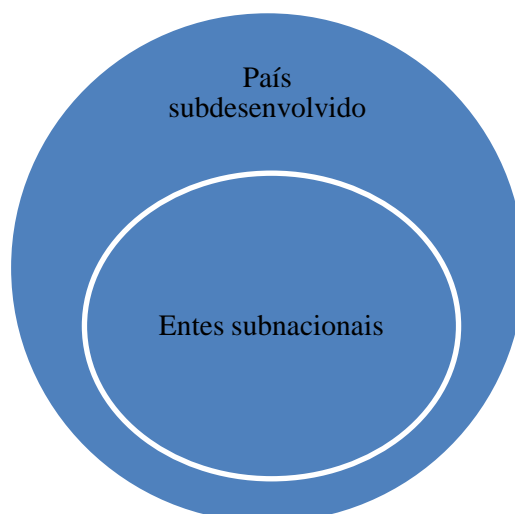


Fonte: Elaboração própria

IV – Cooperação sul-sul descentralizada: se dá através de dois ou mais entes subnacionais de países em desenvolvimento. Pode ter uma variante,

denominada como ‘cooperação cruzada’, na qual um dos parceiros subnacionais tem sua origem em um país em desenvolvimento.

Figura 6: Cooperação sul-sul descentralizada



Fonte: Elaboração própria.

Segundo o Manual de Gestão da Cooperação Técnica (ABC, 2013), no universo de desenvolvimento de capacidades, a cooperação sul-sul brasileira caracteriza-se pelo apoio à identificação e mobilização das capacidades e atores disponíveis no país parceiro; do intercâmbio de métodos, experiências, abordagens e estratégias entre os países cooperantes, além de outros conteúdos práticos de aplicação nos processos de desenvolvimento; de ações de fortalecimento organizacional, como quadros de aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas das instituições beneficiárias e/ou modernização e estruturação dos processos produtivos; e por fim a identificação e celebração de parcerias locais externas e da promoção de arranjos interinstitucionais associados ao aprimoramento das etapas de planejamento, implementação e execução de políticas públicas.

A modalidade trilateral de cooperação é pouco retratada nos estudos sobre acordos de cooperação sul-sul, entretanto são consideradas pela ABC como uma soma de esforços que agregam valores específicos e complementares às atividades exercidas pelos acordos bilaterais da cooperação sul-sul (ABC, 2015).

A triangulação é entendida como um arranjo alternativo e complementar aos canais bilaterais. Nas parcerias com organismos internacionais, a sua peculiaridade está no fato de compor os elementos característicos da cooperação sul-sul brasileira com os esforços de promoção das agendas multilaterais de desenvolvimento, além da oportunidade de aprendizado e implantação de novas práticas de cooperação para o desenvolvimento daquelas organizações (ABC, 2015).

A cooperação triangular no Brasil é concretizada a partir da implementação de projetos temáticos focados no treinamento e assessoria técnica, as vezes combinados com a construção de pequenas infraestruturas e aquisição de equipamentos fundamentais para a realização das atividades (ABC, 2015).

2.4 Teorias de desenvolvimento econômico nas relações internacionais

Cada vez mais o termo “desenvolvimento” tem sido aplicado em áreas das ciências sociais, se referindo na maior parte dos casos como um objetivo a ser alcançado pelas políticas e projetos elaborados e executados por atores internacionais. Este conceito está intimamente influenciado por diferentes interesses e perspectivas, o que torna importante conhecer e se orientar em correntes teóricas que tendem a orientar as políticas e relações entre países (LIMA, 2010).

Segundo Lima, 2010,

“As relações internacionais estão intrinsecamente relacionadas com a ideia de desenvolvimento, uma vez que as relações de poder e submissão se referem fundamentalmente nas dependências econômicas, sociais, políticas advindas de suas condições de dar e receber e, portanto, suas teorias sofrem as mesmas interferências

internacionais no cenário do jogo de poderes” (LIMA, 2010, pg 74).

2.4.1 Teorias tradicionais do desenvolvimento

As teorias tradicionais do desenvolvimento focam suas análises no desenvolvimento meramente econômico. Abaixo serão explicitadas algumas teorias clássicas do desenvolvimento, como: teoria da modernização (liberal) e estruturalista.

2.4.1.1 Teoria da modernização

Os liberais econômicos foram pioneiros nas pesquisas sobre o desenvolvimento no ocidente. Suas contribuições receberam o nome de “teoria da modernização”, na qual a ideia básica era a de que os países pertencentes ao “terceiro mundo” seguiriam uma trajetória comum a dos países desenvolvidos: um caminho progressivo que teve início em uma sociedade agrária, pré-industrial e tradicional, em direção à sociedade moderna, industrial e de consumo massivo (JACKSON E SORENSEN, 2013). Segundo os autores, o desenvolvimento estava ligado à questão de superação de barreiras da produção pré-industrial, de instituições obsoletas e sistemas de valores limitados que dificultariam o processo de modernização e desenvolvimento.

Os liberais econômicos ressaltam argumentos focados na identificação de obstáculos à modernização, assim como os fatores que o promovem (JACKSON E SORENSEN, 2013). Enfatizam também a necessidade de uma economia aberta, isenta de interferências políticas, para que desta forma fosse possível a geração de grandes investimentos essenciais para o desenvolvimento e crescimento econômico duradouro (LAL, 1983).

As diversas teorias da modernização adotam como ideia comum que o desenvolvimento tem como objetivo a reprodução das experiências dos países desenvolvidos durante seus processos de industrialização. Consideram o desenvolvimento como um processo linear que possui etapas e que todos os países devem passar por elas (LIMA, 2010).

O subdesenvolvimento seria um problema gerado pelo atraso econômico e seria consequência dos obstáculos existentes ao desenvolvimento, gerando um círculo vicioso de pobreza que estancaria o desenvolvimento de um país (SINGER, 1977).

Entre os círculos viciosos de pobreza, um dos mais conhecidos está representado abaixo:

Figura 7: Círculo vicioso de pobreza



Fonte: adaptação de SHIAVO – CAMPO, Salvatore; SINGER, Hans W. Perspectivas de desenvolvimento econômico (1977).

Os autores e defensores desta teoria destacam que o problema do subdesenvolvimento estaria nos países que compõe este grupo, os quais apresentam predominantemente, setores rurais e tradicionais, superpovoamento e de baixa produtividade, enquanto os países desenvolvidos tem o setor industrial predominante, mais moderno e com alto rendimento e produtividade (LEWIS, 1970).

Os liberais econômicos rejeitam as teorias que subordinam a economia à política. Para Adam Smith (1723-1790), pai do liberalismo, os mercados tendiam à expansão de forma espontânea com a finalidade de

satisfazer as necessidades humanas, desde que não houvesse intervenção do governo (JACKSON E SORENSEN, 2013). Mas também acrescenta outros elementos em seu pensamento e inclui a noção de que o mercado econômico é a principal fonte de progresso, prosperidade e cooperação. Já a interferência política e a regulamentação do Estado são antieconômicas e regressivas.

Desta forma, a economia liberal tem sido chamada de “a doutrina e o conjunto de princípios para organizar e administrar o crescimento econômico e a riqueza individual” (GILPIN, 1987, pg 27). Se baseia na ideia de que o mercado funcionará de modo espontâneo e seguro se deixado funcionando por seus próprios mecanismos ou “regras” inerentes ao processo de produção e troca econômica. Um exemplo é a chamada “teoria das vantagens comparativas”, desenvolvida por David Ricardo (1772-1823), que defendeu que o livre comércio (atividades realizadas além das fronteiras nacionais) gera benefícios para todos os envolvidos, pois torna a especialização possível, aumentando a eficiência produtiva. Resumidamente, argumenta-se que:

“Independente de uma das regiões ser ou não absolutamente mais eficiente na produção de todas as mercadorias que outra, se cada uma se especializar no produto em que tem uma vantagem comparativa, o comércio será lucrativo para ambas as regiões” (SAMUELSON, 1967, pg 651).

Em resumo, Jackson e Sorensen (2013) indicam que os três fatores essenciais para a modernização são: i) uma economia de mercado livre de interferências políticas, ii) uma crescente taxa de investimento econômico; e iii) investimentos estrangeiros diretos.

As críticas ao modelo liberal consistem na falta de progresso de alguns países do terceiro mundo. Enquanto muitos países desenvolvidos alcançaram suas maiores taxas de crescimento no período do pós-guerra, os países subdesenvolvidos permaneciam com dificuldade para iniciar o desenvolvimento econômico (JACKSON E SORENSEN, 2013).

2.4.1.2 Teoria estruturalista

De uma maneira geral, Blankenbur, Palma e Tregenna (2008) definem o estruturalismo como uma abordagem na qual seu princípio orientador está na concepção de um sistema integrado de elementos distintos, mas conjuntamente constituídos. Ou seja, as relações que constituem sua estrutura são mais importantes que seus elementos avaliados individualmente.

Segundo Lima (2010) a teoria estruturalista se baseia no sistema Centro – Periferia, onde o centro é constituído pelas economias de estrutura produtiva e diversificada, homogênea e de produção / exportação de manufaturas, ou seja, países que incrementam primeiro as técnicas de produção capitalista; enquanto a periferia se constitui por países com economias baseadas em uma estrutura produtiva especializada e com número limitado de bens, heterogeneidade dos níveis produtivos e produção / exportação de produtos primários, cuja produção continua atrasada do ponto de vista organizativo e tecnológico. Tais diferenças são responsáveis por relações de comércio que reforçam o subdesenvolvimento, e o livre comércio acentuaria as desigualdades já existentes.

Nos grandes centros industriais o progresso se alastra rapidamente, enquanto na periferia existe um atraso inicial na difusão da tecnologia. Sendo assim, surge um desenvolvimento “de dentro para fora”, que caracteriza a principal manifestação do sistema centro – periferia, pois tem como objetivo principal a satisfação das demandas por matéria prima por parte dos centros industriais. A satisfação das necessidades do centro é de proporções alarmantes, e a periferia se organiza em torno dessas necessidades (GUIRRIERI, 1982).

Para Prebisch (1949):

“Dentro dessa periferia, o progresso técnico se dá em setores exíguos de sua imensa população, pois, em geral, penetra unicamente onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias primas a baixo custo, com destino aos grandes centros industrializados” (PREBISCH, 1949, pg 139).

No contexto latino americano, a teoria estruturalista se concretiza no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada 1948, constituindo uma das cinco comissões econômicas das ONU (HAFFNER, 1996). O autor aponta que seu principal objetivo é o de buscar solucionar os problemas específicos da região, com intuito de promover desenvolvimento e industrialização para os países da América Latina após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Rodriguez (2009) a convergência metodológica da corrente estruturalista permite a identificação de uma corrente única de pensamento, desenvolvida e enriquecida por mais de cinco décadas. Nesse sentido, o método construído pela CEPAL confere um caráter científico ao estruturalismo, possibilitando a revisão de problemas atuais da região latino americana.

De acordo com Bielschowsky (2000), os conceitos da CEPAL formam um corpo analítico único, aplicável a características históricas próprias da periferia latino-americana. Destaca o princípio de que o Estado deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico nesses países.

O pensamento da CEPAL se baseia no conceito de Centro – Periferia, idealizado por Raul Prebisch. O sistema dicotômico centro – periferia explica a forma particular de relação entre os países em desenvolvimento com os países desenvolvidos. Segundo Gurrieri (1982) a América Latina se caracteriza pelo fato de apresentar altos níveis de exportação de produtos básicos, os quais a demanda mundial se expande lentamente; e importar bens de tecnologia avançada, cuja demanda cresce com maior velocidade. Prebisch (1949) afirma que nesta relação reside o seguinte problema: os países latino – americanos (incluindo o Brasil) fazem parte do sistema centro – periferia, no qual os países industrializados são considerados “centro”, enquanto os países não industrializados compõem a “periferia”.

2.4.1.3 Críticas aos modelos tradicionais de desenvolvimento

Todas as teorias clássicas de desenvolvimento citadas acima, tem como ponto em comum a ideia do desenvolvimento com base no desenvolvimento exclusivamente econômico, trazendo a modernização econômica como ponto positivo e o tradicionalismo como negativo. Ou seja, dão muita ênfase à acumulação de capital sem levar em conta o capital humano. Não são levados em conta aspectos como cultura, etnia, liberdades individuais, etc, residindo nesta restrição as principais críticas aos modelos tradicionais. Além disto, as críticas também se pautam no fato de que há uma confiança desmedida em aspectos como a modernização e estruturalismo, enquanto há uma desconfiança na intervenção estatal em detrimento da livre ação ou limitação do mercado (LIMA, 2010).

Os problemas referentes ao desenvolvimento e subdesenvolvimento nos países do terceiro mundo continuam a suscitar o debate acadêmico em diferentes posições teóricas. A popularidade das principais posições variou, mas o problema do subdesenvolvimento ainda existe (JACKSON E SORENSEN, 2013). Os autores afirmam que todas as principais teorias apresentam ideias relacionadas ao desenvolvimento, porém cada uma delas possui complicações distintas.

O debate sobre o desenvolvimento tornou-se mais complexo nos últimos anos por duas razões segundo Payne (2005): as principais teorias anteriores acreditam que podem ser aplicadas aos problemas do desenvolvimento independente do local, porém muitos países e regiões apresentam problemas específicos e particularidades locais; e o fato de o debate sobre o desenvolvimento ter sido aberto para participação de atores distintos, como organizações rurais, ONU, movimentos camponeses, partidos políticos, governos, instituições internacionais, a comunidade de pesquisa do desenvolvimento, entre outros. Desta forma, são colocados diversos interesses no processo de desenvolvimento. Portanto, sempre

surgirão diferentes visões sobre quais questões são importantes e o que deve ser feito para solucioná-las (PAYNE, 2005).

A construção de um índice que avaliasse o desenvolvimento humano chamou a atenção para os outros aspectos do desenvolvimento. O Relatório Anual de Desenvolvimento Humano do PNUD avalia as disparidades entre gêneros, nutrição infantil, perfis de saúde, diferenças entre norte e sul, etc (PNUD, 2005). Instituições internacionais, como FMI, também influenciaram fortemente o debate sobre o desenvolvimento. Em 2000, a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que são conjuntos de metas ambiciosas que visam a redução da pobreza, desigualdade e mortalidade infantil, além da promoção da educação, saúde entre outros fatores, e conseqüentemente, o desenvolvimento aos países do terceiro mundo (JACKSON E SORENSEN, 2013).

Diante de tais críticas, foi constatado que as teorias clássicas do desenvolvimento eram muito restritas ao desenvolvimento econômico e não surtiam os efeitos positivos esperados no que se referia às necessidades básicas das populações. Como consequência, foram elaboradas teorias alternativas sobre o desenvolvimento, que se encontram descritas a seguir.

2.4.2 Teorias alternativas do desenvolvimento

As teorias alternativas do desenvolvimento surgiram em oposição às teorias clássicas que consideravam o fator econômico como principal no que se refere ao desenvolvimento de um país.

Nelas, são expressas as necessidades de se ampliar o conceito de desenvolvimento no que se trata das esferas humana e social, trazendo à tona as necessidades individuais e coletivas como fatores centrais. O desenvolvimento seria tratado, agora, como transformação da realidade social e satisfação das necessidades básicas dos seres humanos.

Segundo Nefrin, 1977, o “outro desenvolvimento”, seria:

Orientado segundo as necessidades: satisfação de necessidades humanas tanto materiais como não materiais (necessidades de expressão, de criatividade, de igualdade, de convivência e de compreensão para edigar seu próprio destino)” (NEFRIN, 1977, pg 54).

Michael Todaro (1982) propõe outra teoria alternativa do desenvolvimento. Em sua teoria de Desenvolvimento Multidimensional, considerou um conjunto de transformações do sistema social para que fosse possível o alcance das condições de vida materiais e imateriais.

2.5 Indicadores de desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico é um processo histórico no qual as sociedades modernas se baseiam para buscarem estratégias nacionais e, conseqüentemente, atingir níveis superiores de desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 2004).

Segundo Bresser Pereira (2004), o desenvolvimento econômico de um país é caracterizado pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado pela acumulação de capital em relação ao produto nacional e incorporação de progressos técnicos à produção. Porém, este desenvolvimento econômico varia de forma significativa dependendo de fatores como a capacidade que cada nação tem para utilizar seus estados e o mercado.

Segundo o Indicador de Desenvolvimento Econômico e Social IDES (2009) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de forma geral, o desenvolvimento econômico de um país é avaliado pelo seu desempenho econômico, mensurado frequentemente pelo agregado macroeconômico Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da soma de todas as riquezas produzidas no país, considerando os setores da agropecuária, indústria e serviços.

Segundo Mankiw (2009), o PIB é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado país em um determinado

período, somando vários tipos de produtos em uma única medida de valor econômico, utilizando os preços de mercado. O PIB tenta ser abrangente, medindo o valor dos produtos produzidos no presente e vendidos legalmente nos mercados (alimentos, roupas, veículo, etc), além dos serviços prestados dentro do país (consultas médicas, aluguéis, serviços domésticos, etc). São excluídos dessa conta os produtos vendidos ilegalmente, como drogas por exemplo, ou produtos que são produzidos e consumidos em casa, que não chegam ao mercado.

O PIB (Y) apresenta quatro componentes em sua fórmula, são eles: consumo (C), investimento (I), compras do governo (G) e exportações líquidas (EL). O consumo é composto pelas compras familiares de bens e serviços, incluindo bens duráveis como automóveis e imóveis, e bens não duráveis, como alimentos e vestuário. O investimento é a compra de bens que não serão consumidos imediatamente e que serão utilizados no futuro para produção de novos bens e serviços. As compras do governo são compostas pelas despesas em bens e serviços nos três níveis: federal, estadual e municipal; incluindo salários de funcionários do governo e despesas para obras públicas. As exportações líquidas são as compras de produtos nacionais por partes dos estrangeiros (exportações), menos as compras nacionais de produtos estrangeiros (importações) (MANKIW, 2009).

De acordo com Mankiw (2009) o PIB não considera a distribuição de renda. O PIB *per capita* (PIB dividido pela população) representa a renda e despesas médias do indivíduo na economia. Desta forma, o PIB *per capita* é utilizado para avaliar a renda e as despesas médias dos indivíduos (MANKIW, 2009). O crescimento econômico de um país é medido pelo crescimento do PIB, mas o PIB *per capita* se mostra como uma medida natural do bem estar econômico do indivíduo e, portanto, do desenvolvimento econômico do país, pois é um indicador que avalia a evolução da renda (FGV, 2009).

Todavia, tanto o PIB quanto o PIB *per capita* não medem a saúde das crianças, a qualidade da educação, o acesso ao transporte e ao lazer, não constituindo uma medida perfeita do bem estar da sociedade. O surgimento do IDH foi influenciado principalmente pela necessidade de suprir as deficiências apontadas pelos indicadores de primeira geração – indicadores de natureza simplória e restrita (PIB e PIB *per capita*). A mensuração do crescimento econômico por si só, não representa uma evolução na qualidade de vida da população (GUIMARÃES e JANUZZI, 2005). Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido para o Programa de Desenvolvimento da ONU, o PNUD, e é um dos indicadores de desenvolvimento mais utilizados em estudos de ciências sociais (PNUD, 2008).

Desde 1990, o PNUD publica relatórios que avaliam as condições de vida da população, medindo as dimensões do “desenvolvimento humano”. Esse relatório traz anualmente o cálculo do IDH que permite a comparação da situação dos países através do tempo, a partir das três dimensões abordadas no índice (GUIMARÃES e JANUZZI, 2005). Foram através destes relatórios que os dados utilizados na análise deste trabalho foram extraídos.

O IDH considera três variáveis para a sua composição: longevidade, educação e qualidade de vida. A longevidade é medida pela expectativa de vida da população, a educação por uma combinação da taxa de alfabetização dos adultos com as taxas de escolarização dos ensinos primários, e a qualidade de vida é medida pelo PIB *per capita* do país. O IDH apresenta como vantagem a facilidade de se produzir estimativas e comparações entre sociedades com diferentes práticas e características econômicas. Para estudos com fins de avaliar desenvolvimento socioeconômico, o IDH prevê maior abrangência do que o PIB *per capita* (PNUD, 2015).

Os acordos de cooperação entre nações são uma importante ferramenta para que esse desenvolvimento seja alcançado, uma vez que um país carente de determinado fator, recebe de outra nação aquilo que precisa

de recursos, sejam humanos ou técnicos, adquirindo assim uma nova possibilidade de se desenvolver. Desta forma, os acordos de cooperação sul-sul, são uma possibilidade de ajuda mútua entre os envolvidos, principalmente nos países em desenvolvimento, que em determinados setores podem ser carentes de recursos essenciais ao desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os métodos de pesquisa que foram utilizados para o alcance dos objetivos almejados pelo presente trabalho.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa pode ser classificada como quantitativa. Segundo Silva (2006), a investigação quantitativa se caracteriza por empregar dados estatísticos como centro do processo de análise do problema, se diferenciando, desta forma, da investigação qualitativa.

A pesquisa também se caracteriza como causal. Segundo Malhotra (2006), a pesquisa causal é usada para se obter evidências de relações de causa e efeito. É apropriada para as finalidades de compreender quais variáveis são a causa e quais são o efeito (variáveis independentes e dependentes, respectivamente); e também para determinar a natureza da relação entre causas e efeitos previstos. O principal método da pesquisa causal é a experimentação.

3.2 Dados e coleta de dados

Para a realização deste trabalho utilizou-se de dados secundários, coletados manualmente nas bases de dados específicas. Este tipo de dados são informações que já foram coletadas anteriormente para outros objetivos, podendo ser obtidos através de forma mais rápida e barata. Eles são dados originados pelo pesquisador com a finalidade específica de solucionar o problema de pesquisas (MALHOTRA, 2006).

Os dados foram coletados em bases de dados nacionais e internacionais disponíveis para acesso gratuito, como: ABC e Banco Mundial e IBGE. Pretende-se utilizar duas variáveis como dependentes: PIB *per capita* e o IDH. Como variável independente, pretende-se utilizar uma variável binária que indica a existência ou não dos diferentes tipos de acordos de cooperação Sul-sul, detalhados no referencial da seguinte forma:

I) Cooperação Técnica Sul-sul bilateral;

- II) Cooperação Técnica Sul-sul trilateral;
- III) Cooperação Sul-sul em blocos;
- IV) Cooperação Sul-sul descentralizada.

As variáveis, os tipos de mensuração e as fontes estão explicitados no quadro 1.

Para atender aos objetivos propostos, foram desenvolvidos dois modelos de causalidade de Granger utilizando as variáveis independentes (Tipos de Cooperação I, II, III e IV) para cada variável dependente (PIB *per capita* e o IDH) durante o período de 2000 a 2014 com dados anuais.

Quadro 1: Variáveis, mensuração e fonte dos dados, 2000 - 2014.

Variável	Mensuração	Fonte
Acordos de cooperação (Variável Independente)	I) Dummy: 1 para Cooperação Técnica Sul-sul bilateral;	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
	II) Dummy: 1 para Cooperação Técnica Sul-sul trilateral;	
	III) Dummy: 1 para Cooperação Sul-sul em blocos;	
	IV) Dummy: 1 para Cooperação Sul-sul descentralizada.	
PIB per capita (Variável Dependente)	PIB/população do Brasil nos anos analisados	Banco Mundial
IDH (Variável Dependente)	Índice de desenvolvimento humano	Banco Mundial e IBGE

Fonte: elaboração própria

3.3 Técnicas de Análise

Para a análise dos dados relativos a esta pesquisa pretende-se utilizar a técnica de Causalidade de Granger. O método desenvolvido por Granger (1969) pode ser considerado bastante simples e objetivo para testar a causalidade entre as variáveis, com base na premissa de que o futuro não

poderá interferir no presente e nem poderá causar o passado (TIWARI et. al., 2013). O método de análise de Granger tem sido muito utilizado na área econômica, a fim de elucidar momentos de crises financeiras e avaliar a transição de movimentos extremos no cenário financeiro (CANDELON; JOETS; TOKPAVI, 2013).

O teste de causalidade implica precedência no sentido em que se um evento X causa outro evento Y, então, o evento X deve preceder Y. Portanto, se X causa Y, valores de X devem poder prever valores futuros de Y. Granger (1969) definiu um método para testar causalidade entre variáveis, a partir do seguinte princípio: se uma variável X causa Y, então, a inclusão de valores defasados de X na regressão de Y regredida em seus valores defasados e outras variáveis explicativas, deve melhorar o poder de previsão do modelo em questão.

O teste apresenta como referência duas hipóteses, H0 e H1, nas quais H0 representa a hipótese nula de que não há relação causal e H1 a hipótese alternativa de que há relação causal. No presente estudo a causalidade de Granger é demonstrada caso a hipótese nula não se confirme.

- H0: não existe causalidade;
- H1: existe causalidade.

No teste de causalidade no sentido de Granger quatro situações são possíveis:

- a) Y causa X, porém o contrário não é verdadeiro;
- b) X causa Y, contudo o contrário não é fato;
- c) Y causa X, sendo o contrário também verdadeiro (bicausalidade);
- d) Y não causa X, nem X causa Y (sem relação de causalidade).

Para aceitar a causalidade de Granger, no sentido de que Y causa X e vice versa, é necessário ter evidência de que a hipótese (c) seja verdadeira.

Tomando por base as quatro situações propostas pelos testes de Causalidade de Granger, foram elaboradas quatro hipóteses para atingir os objetivos propostos pelo trabalho. Foram analisadas as seguintes hipóteses considerando as relações:

H1: Desenvolvimento socioeconômico pode causar os acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV);

H2: Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) podem causar desenvolvimento socioeconômico;

H3: Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) causam desenvolvimento socioeconômico e o contrário também é verdadeiro;

H4: Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) não causam desenvolvimento socioeconômico e nem desenvolvimento socioeconômico causa os acordos de cooperação;

No caso estudado, foi analisada se há a existência de correlação entre os acordos de cooperação sul-sul estabelecidos pelo governo brasileiro e os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos do país (PIB *per capita* e IDH).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados descritivos e testes da Causalidade de Granger, evidenciando os dados estatísticos utilizados para que fosse possível a análise da relação de causa e efeito entre os indicadores de desenvolvimento (PIB *per capita* e IDH) e os acordos de cooperação sul-sul. Os dados analisados são referentes ao período de 2000 a 2014, com série anual.

4.1 Análise descritiva

A modalidade técnica de cooperação analisada no presente estudo foi subdividida em quatro outras modalidades:

- I) Cooperação bilateral (acordo entre somente dois países, no caso Brasil com outro país em desenvolvimento),
- II) Cooperação trilateral, que envolve três componentes (também subdividida em outras três modalidades – com países em desenvolvimento (cooperação entre Brasil e outros dois países em desenvolvimento), com país desenvolvido (cooperação entre Brasil, país em desenvolvimento e país desenvolvido) e com organismo internacional (cooperação entre Brasil, país em desenvolvimento e organismo internacional));
- III) Cooperação em bloco (cooperação entre países que compõe blocos, como por exemplo: IBAS, MERCOSUL e UNASUL),
- IV) Cooperação descentralizada (se dá através de dois ou mais entes subnacionais de países em desenvolvimento).

Verificou-se que durante o período analisado, foram encontrados acordos de cooperação sul-sul do Brasil com 58 países, num total de 843 acordos, distribuídos nos continentes Americano (incluindo América Latina e Caribe) (337 acordos), Africano (352 acordos) e Asiático (que também considera o Leste Europeu) (154 acordos).

Todas as modalidades de acordo foram encontradas, com exceção da modalidade IV descentralizada, que se dá através de dois ou mais entes

subnacionais de países em desenvolvimento. Vale ressaltar também que de todos os acordos de cooperação técnica sul-sul firmados pelo Brasil no período em questão, foram analisados somente aqueles que estão disponibilizados pela ABC.

Nesta parte da análise, para a melhor visualização gráfica, os países foram agrupados por continentes, conforme o quadro 2. Também foram agrupados de acordo com a sua modalidade (bilateral, trilateral ou em bloco).

Quadro 2: Continentes, países e modalidade dos acordos.

Continente	Países	Acordos Bilaterais (I)	Acordos trilaterais (II)	Acordos Em bloco (III)
África	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	319	15	3
América Latina e Caribe	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, México, Nicarágua, Panamá. Belize, Cuba, Grana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia.	335	17	0
Ásia	Timor – Leste, Afeganistão. Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia, Índia, Coreia do Sul	140	0	14

Fonte: Elaboração própria

A tabela 1 apresenta os resultados para média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximo dos indicadores de desenvolvimento analisados de 2000 a 2014, após retirada a primeira diferença entre as variáveis.

Tabela 1: Estatística descritiva dos indicadores de desenvolvimento, 2000 - 2014

	Média	Desvio Padrão	Variância	Mínimo	Máximo
PIB per capita	-314,764	1589,39	5,04945	-5823,00	347,200
IDH	-0,000214286	0,0302761	141,289	-0,0610000	0,042000

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao desenvolvimento econômico, nota-se pelos resultados descritivos que o PIB *per capita* apresentou média de -314,763 e desvio padrão de 1589,39, indicando heterogeneidade dos dados, ou seja, muita variação; enquanto o IDH apresentou média de -0,000214286 e um desvio de 0,0302761, indicando pouca variação no período analisado, ou seja, os dados são mais homogêneos.

Para análise dos dados de forma mais didática e para melhor visualização, os países foram agrupados de acordo com seu continente e as modalidades também foram dispostas separadamente.

Além dos quadros apresentadas, também seguem gráficos para a melhor visualização do avanço da quantidade de acordos firmados em cada modalidade ao longo dos anos de 2000 a 2014.

4.1.1 Modalidade I: Acordos bilaterais

Esta primeira modalidade analisada é composta pelos acordos de cooperação técnica sul-sul bilaterais, ou seja, que envolvem somente dois países, ambos em desenvolvimento.

De uma forma geral, pode-se concluir que a modalidade de cooperação técnica sul-sul bilateral brasileira antecede, na maioria dos casos, o período estudado. Mais especificamente se concentram entre as décadas de 1960 a 1990. Isso mostra que, mesmo a modalidade sul-sul sendo

considerada como “nova” na produção acadêmica nacional conforme descreve Ayllón (2006), já é executada pela política internacional brasileira a um período de tempo considerável, há pelo menos 50 anos.

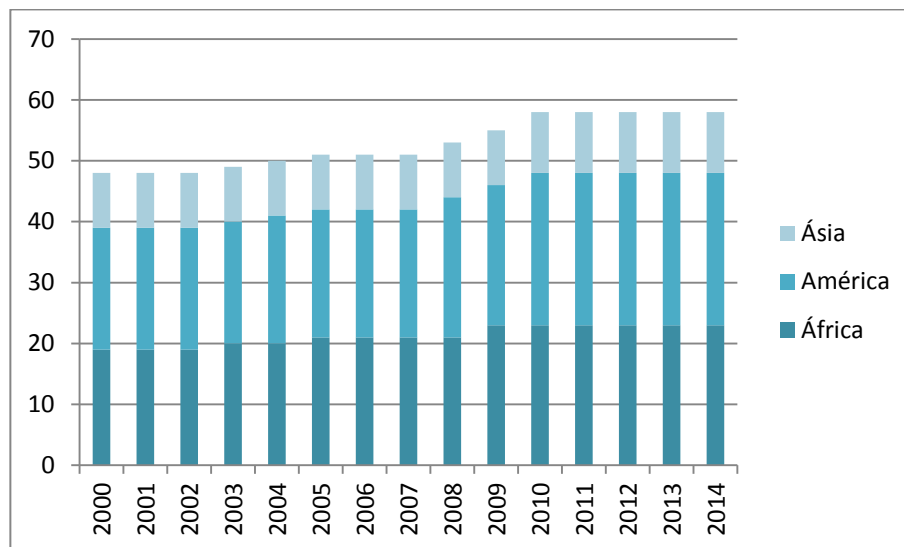
Porém, na maioria dos casos, percebe-se um aumento da quantidade dos acordos firmados a partir de meados da década de 2000. Este fato pode ser relacionado com o Governo Lula (2003 – 2010), que apresentou significativa relevância para o cenário internacional do país e voltou esforços para a expansão das relações internacionais brasileiras. Tais resultados reforçam os argumentos apresentados por Vicentini (2013) de que o governo Lula foi o maior responsável pelo adensamento das relações internacionais brasileiras nos períodos mais recentes.

Também observa-se que a modalidade bilateral é a que apresenta maior número de países envolvidos, representado o principal foco brasileiro diante da cooperação sul-sul.

O gráfico 1 indica a distribuição dos acordos de cooperação sul-sul, na modalidade bilateral, em cada continente, evidenciando a evolução dos acordos no período de 2000 a 2014.

Observa-se que o continente africano e o continente americano apresentam as maiores parcelas dos acordos bilaterais brasileiros, enquanto o continente asiático apresenta um número menor de acordos. Também é possível observar como que a partir de meados da década de 2000, aproximadamente a partir do ano de 2003 até o ano de 2014, o número de acordos firmados passou de 48 para 58, indicando um aumento de 10 países na modalidade bilateral.

Gráfico 1: Distribuição da modalidade bilateral nos continentes africano, americano e asiático, 2000 – 2014



Fonte: Elaboração própria.

4.1.1.1 Continente Africano

No continente africano os acordos de cooperação sul-sul são, em sua maioria, anteriores ao período estudado, mais especificamente apresentam maior frequência nas décadas de 1970 e 1980. Em 2000, 19 países compunham o programa de cooperação brasileiro, e em 2014 este número havia aumentado para 23. A partir do gráfico, nota-se que a partir da segunda metade da década de 2000 houve um aumento dos acordos, ou seja, novos países (África do Sul, Botsuana, Burkina Faso e Tanzânia) foram incorporados ao programa de cooperação técnica sul-sul brasileiro.

Segue abaixo o quadro 3 que evidencia quais os países que possuíam acordos de cooperação sul-sul na modalidade bilateral no início, e quais não faziam parte do programa e se incorporaram posteriormente ao início do período estudado.

Quadro 3: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Africano, 2000-2014

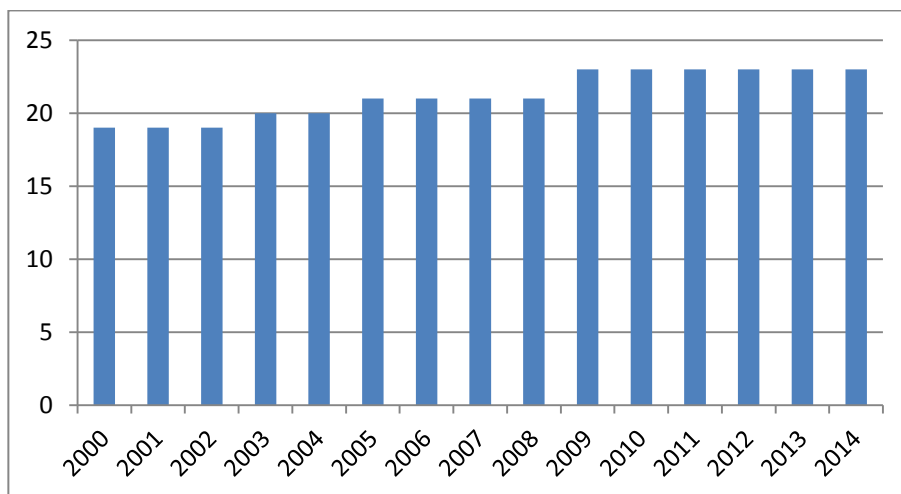
Ano	Países	Total de países
2000	Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	19
2001	Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	19
2002	Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	19
2003	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	20
2004	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	20
2005	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	21
2006	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	21
2007	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo.	21
2008	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão,	23

	Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	
2009	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	23
2010	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	23
2011	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	23
2012	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	23
2013	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	23
2014	África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo.	23

Fonte: Elaboração própria

Abaixo segue a representação gráfica do quadro anterior, para melhor visualização do avanço da quantidade de acordos na modalidade bilateral no continente africano.

Gráfico 2: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Africano, 2000-2014



Fonte: Elaboração própria.

4.1.1.2 Continente Americano

No continente americano, que na análise inclui América Latina e Caribe, os acordos de cooperação sul-sul também apresentaram seu início anterior ao período estudado. Neste caso, a maior parte dos acordos firmados foi durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. Em 2000, 20 países compunham o programa de cooperação brasileiro, e em 2014 este número havia aumentado para 25. Foram incorporados posteriormente ao início do período estudado: Nicarágua, Belize, Granada, Haiti e Santa Lúcia. Nota-se um aumento de 1 país a partir do ano de 2004 e outro aumento mais significativo entre os anos de 2008 a 2011, nos quais foram incorporados mais 4 países.

Abaixo segue o quadro 4, evidenciando os países que compunham o programa brasileiro de cooperação bilateral no continente americano em 2000 e quais países foram incorporados ao longo dos anos.

Quadro 4: Acordos bilaterais brasileiros. Continente americano, 2000-2014

Ano	Países	Total de países
2000	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras,	20

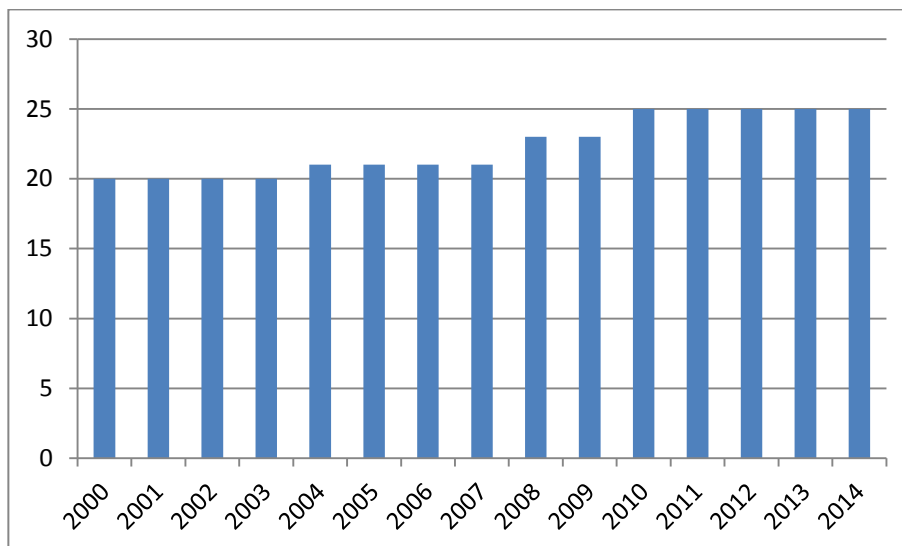
	Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Jamaica.	
2001	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Jamaica.	20
2002	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Jamaica.	20
2003	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Jamaica.	20
2004	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Haití, Jamaica.	21
2005	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Haití, Jamaica.	21
2006	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Haití, Jamaica.	21
2007	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, México, Panamá, Cuba, Haití, Jamaica.	21
2008	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguay, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguay, Venezuela, Costa Rica, Nicaragua, México, Panamá, Belize, Cuba, Haití, Jamaica.	23
2009	Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador,	23

	El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, México, Panamá, Belize, Cuba, Haiti, Jamaica.	
2010	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, México, Panamá, Belize, Cuba, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lucia.	25
2011	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, México, Panamá, Belize, Cuba, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lucia.	25
2012	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, México, Panamá, Belize, Cuba, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lucia.	25
2013	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, México, Panamá, Belize, Cuba, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lucia.	25
2014	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, Nicarágua, México, Panamá, Belize, Cuba, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lucia.	25

Fonte: Elaboração própria

Abaixo segue a representação gráfica do quadro anterior para melhor visualização do avanço da quantidade de acordos na modalidade bilateral no continente americano.

Gráfico 3: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Americano, 2000-2014.



Fonte: Elaboração própria

4.1.1.3 Continente Asiático e Leste Europeu

No continente asiático, os acordos de cooperação sul-sul também apresentaram seu início anterior ao período estudado. Neste caso, a maior parte dos acordos firmados foi durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Em 2000, 9 países compunham o programa de cooperação brasileiro, e até 2014 apenas um único país (Afeganistão) foi incorporado, somando 10 países. Neste caso, nota-se o menor aumento no número de novos países se comparado aos outros continentes.

A relação entre Brasil e Ásia, até a década de 1970, era restrita basicamente à relação com o Japão e a China. A partir da década de 1990 que foi retomado o relacionamento com outros países asiáticos, como por exemplo, Coreia do Sul e houve a intensificação das relações com a China, devido aos seus desenvolvimentos acelerados e representação de um forte mercado consumidor para os produtos brasileiros. O sudeste asiático, por seu crescimento acelerado, passou a ser visto pelo Brasil como um possível parceiro econômico e político (OLIVEIRA, 2002).

O quadro 5 evidencia quais os países que possuíam acordos de cooperação sul-sul na modalidade bilateral ao longo dos anos estudados, e quais não faziam parte do programa e se incorporaram posteriormente ao início do período em questão.

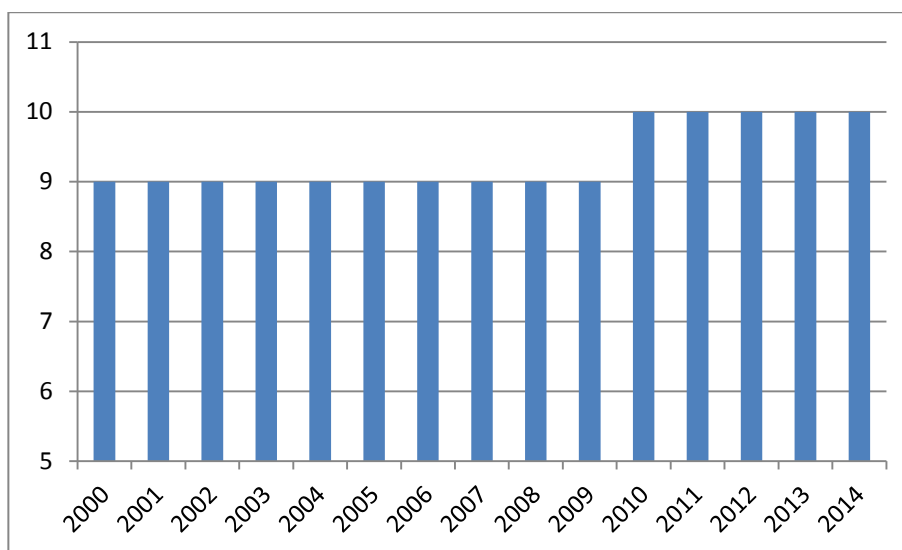
Quadro 5: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Asiático, 2000-2014.

Ano	Países	Total de países
2000	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2001	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2002	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2003	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2004	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2005	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2006	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2007	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2008	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2009	Timor – Leste, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	9
2010	Timor – Leste, Afeganistão, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	10
2011	Timor – Leste, Afeganistão, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	10
2012	Timor – Leste, Afeganistão, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	10
2013	Timor – Leste, Afeganistão, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	10
2014	Timor – Leste, Afeganistão, Arábia Saudita, China, Iraque, Israel, Kuwait, Tailândia Índia, Coreia do Sul.	10

Fonte: Elaboração própria

Abaixo segue a representação gráfica do quadro anterior para melhor visualização do avanço da quantidade de acordos na modalidade bilateral no continente asiático.

Gráfico 4: Acordos bilaterais brasileiros. Continente Asiático, 2000-2014.



Fonte: Elaboração própria.

4.1.2 Modalidade II: Acordos trilaterais

Esta modalidade é composta por três submodalidades: entre países em desenvolvimento, com país em desenvolvimento e com organismo internacional, conforme explicitado no referencial teórico.

Através da análise gráfica, nota-se que são poucos os países, mais especificamente 4 (Haiti, Paraguai, Equador e Guiné Bissau), envolvidos na modalidade trilateral de 2000 a 2014. Notamos que no continente asiático não foi encontrado nenhum acordo dessa modalidade no período de tempo estudado. Dois países apresentaram acordos dessa modalidade por apenas dois anos, são eles: Equador (2006 e 2007) e Paraguai (2008 e 2009).

Esta modalidade é composta por três submodalidades: entre países em desenvolvimento (quando os três países são caracterizados como em

desenvolvimento), com país desenvolvido (quando dois entes são subdesenvolvidos e um é país já desenvolvido) e com organismo internacional (composto por dois países em desenvolvimento e organismos internacionais, como por exemplo comissões da ONU).

Notamos que o Equador aparece como parceiro do Brasil nessa modalidade apenas nos anos de 2006 e 2007, e a Guiné Bissau aparece nos anos de 2006, 2007 e 2008.

O Haiti é o país que mais aparece como parceiro brasileiro neste tipo de acordo, a partir do ano de 2002 e até os dias atuais. Essa colaboração entre Brasil – Haiti – Organismo Internacional, se dá pelo fato de o país ter sido devastado por terremotos recentemente, e tem como objetivo a promoção de atividades de recuperação de infraestrutura e capacitação de profissionais de saúde que fortaleçam o sistema público de saúde do Haiti. As Organizações Unidas tem recrutado esforços para reconstrução do Haiti e é nesta ajuda que o Brasil e organismos internacionais se relacionam através dos acordos de cooperação (PNUD, 2015).

Abaixo segue o quadro 6, evidenciando os países que compunham o programa brasileiro de cooperação trilateral em 2000 e quais países foram incorporados ao longo dos anos.

Quadro 6: Acordos trilaterais brasileiros 2000-2014

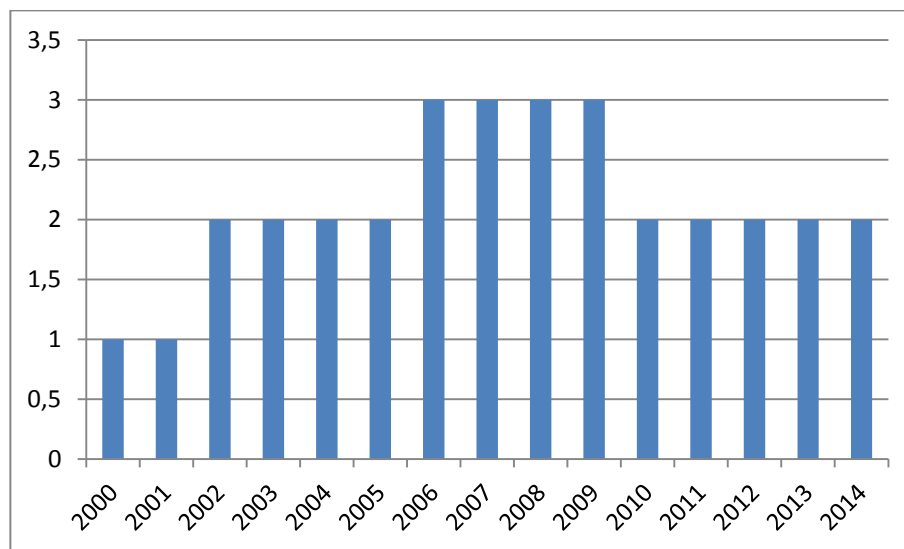
Ano	Países	Total de acordos
2000	Guiné Bissau	1
2001	Guiné Bissau	1
2002	Guiné Bissau, Haiti	2
2003	Guiné Bissau, Haiti	2
2004	Guiné Bissau, Haiti	2
2005	Guiné Bissau, Haiti	2
2006	Guiné Bissau, Equador, Haiti	3

2007	Guiné Bissau, Equador, Haiti	3
2008	Guiné Bissau, Paraguai, Haiti	3
2009	Guiné Bissau, Paraguai, Haiti	3
2010	Guiné Bissau, Haiti	2
2011	Guiné Bissau, Haiti	2
2012	Guiné Bissau, Haiti	2
2013	Guiné Bissau, Haiti	2
2014	Guiné Bissau, Haiti	2

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo segue a representação gráfica do quadro anterior para melhor visualização do avanço da quantidade de acordos na modalidade bilateral no continente asiático.

Gráfico 5: Acordos trilaterais brasileiros, 2000-2014



Fonte: Elaboração própria

4.1.3 Modalidade III: Acordos em blocos

Para ser classificado como cooperação na modalidade em blocos, o acordo precisa envolver arranjos e/ou organizações sub-regionais, regionais

ou inter-regionais integrados por países em desenvolvimento. É possível identificar a Índia e a África do Sul, que compõe o grupo IBAS, coincidindo a data de início dos acordos entre esses países e o Brasil com a data de criação do fórum, fundado em 2003, conforme descrito por Visentini (2013).

Outros arranjos também compostos pelo Brasil, como por exemplo, MERCOSUL e UNASUL, também compõe esta modalidade. Porém, no período estudado, não foi constatado nenhum acordo destes organismos com países em desenvolvimento, que caracterizassem a cooperação sul-sul. Foram identificados somente acordos com países já desenvolvidos, portanto, não se enquadraram na cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Segue abaixo o quadro 7 que evidencia quais os países que possuíam acordos de cooperação sul-sul na modalidade bilateral ao longo dos anos estudados, e quais não faziam parte do programa e se incorporaram posteriormente ao início do período em questão.

Quadro 7: Acordos em blocos, 2000-2014

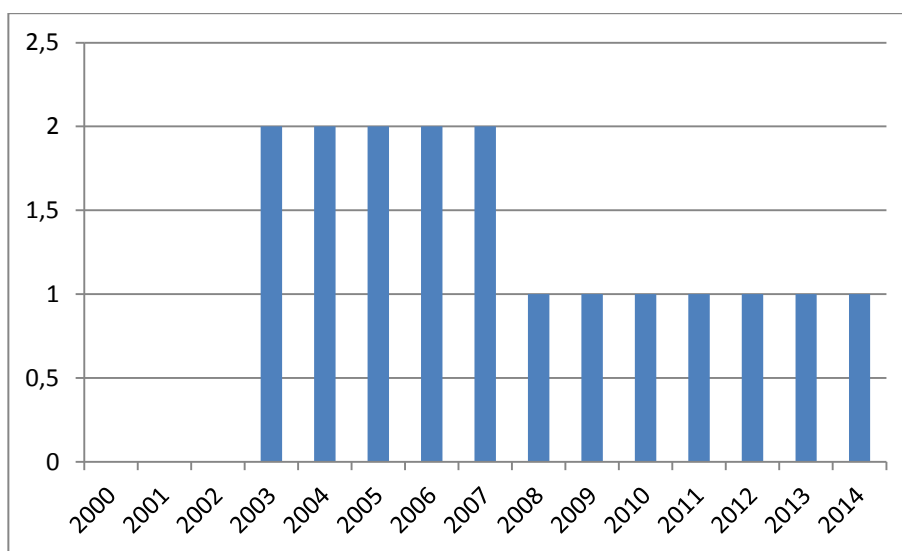
Ano	Países	Total de acordos
2000	-	0
2001	-	0
2002	-	0
2003	África do Sul, Índia	2
2004	África do Sul, Índia	2
2005	África do Sul, Índia	2
2006	Índia, Coreia do Sul	2
2007	Índia, Coreia do Sul	2
2008	Índia	1
2009	Índia	1
2010	Índia	1
2011	Índia	1

2012	Índia	1
2013	Índia	1
2014	Índia	1

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo segue a representação gráfica do quadro anterior para melhor visualização do avanço da quantidade de acordos na modalidade de cooperação em blocos.

Gráfico 6: Cooperação em blocos, 2000-2014



Fonte: Elaboração própria.

4.2 Causalidade de Granger

Nesta seção estão explicitados os resultados do teste de causalidade de Granger para as amostras coletadas. Os testes foram realizados para os indicadores PIB *per capita* e IDH, individualmente, podendo concluir então se há alguma relação de causalidade em suas séries.

Para execução dos testes de causalidade de Granger foi utilizada a versão 1.9.12 do software estatístico *Gretl*®.

Conforme recomendado por Gujarati (2006), para realização dos testes de causalidade, inicialmente foi necessária a realização de testes de

especificação das variáveis. Desta forma, foram realizados testes de estacionaridade para dados em séries temporais de Dickey-Fuller Aumentado. Através dos resultados obtidos nesta etapa, foi indicado que as variáveis PIB *per capita* e IDH apresentavam séries não estacionárias, tanto para os indicadores de desenvolvimento socioeconômico quanto para as modalidades dos acordos de cooperação. Este fato, porém, não representa um problema para a realização dos testes de causalidade de Granger, desde que se proceda à primeira diferença das variáveis e estas apresentem estacionaridade após o procedimento, conforme recomendado por Gujarati (2006). O próprio software estatístico *Gretl*© disponibiliza a função que gera automaticamente a primeira diferença. Este procedimento foi utilizado tanto nas variáveis socioeconômicas quanto para as modalidades dos acordos de cooperação. Após o acréscimo da primeira diferença das variáveis, foram feitos novos testes de estacionaridade e, desta vez, as variáveis apresentaram séries estacionárias em todos os casos.

Verificou-se também, através de uma análise visual da série, que nenhuma das variáveis (PIB *per capita* e IDH) apresentava algum problema relacionado à sazonalidade. Assim sendo, as séries apresentavam as condições recomendadas para o início dos testes de causalidade de Granger.

Para a hipótese nula de que acordos de cooperação não geram desenvolvimento socioeconômico, aplicou-se o teste F que teve como valor crítico determinado em 3.25%. Foi estabelecido um nível de significância de 10%, comumente utilizado em estudo da área de ciências sociais conforme afirmam Loureiro e Gameiro (2011). Sendo assim, foram rejeitadas as hipóteses nulas nos casos em que o valor de F calculado apresentou-se superior ao valor do F crítico.

Os resultados obtidos nos testes de causalidade de Granger foram dispostos em uma tabela que apresenta uma maior quantidade de dados em um espaço reduzido. Os resultados obtidos estão devidamente apresentados nos apêndices A e B do estudo.

Os resultados dos testes de causalidade de Granger foram evidenciados nas tabelas 2, 3 e 4, onde é possível verificar o nome do indicador de desenvolvimento socioeconômico, a hipótese testada, a estatística de F e a decisão em relação à hipótese nula.

A tabela 2 apresenta os resultados da Causalidade de Granger que testou a relação de causa dentre os indicadores de desenvolvimento PIB *per capita* e IDH com os acordos de cooperação em suas três modalidades. Ou seja, os resultados são referentes à hipótese H1, de que ***Desenvolvimento socioeconômico pode causar os acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV)***.

Tabela 2: Resultados dos testes de causalidade de Granger dos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos x modalidades dos acordos de cooperação, Brasil - 2000 a 2014.

Hipótese nula (H1)	Estatística F	Decisão sobre a hipótese nula
PIB <i>per capita</i> não causa acordo bilateral (I)	0,2999	Aceitar
PIB <i>per capita</i> não causa acordo trilateral (II)	0,2071	Aceitar
PIB <i>per capita</i> não causa acordo em bloco (III)	0,24530	Aceitar
IDH não causa acordo bilateral (I)	3,2557	Rejeitar
IDH não causa acordo trilateral (II)	0,8409	Aceitar
IDH não causa acordo em bloco (III)	1,5563	Aceitar

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os resultados demonstrados na tabela 2, foi constatado que apenas um dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico (IDH) tem alguma relação de causa com os acordos de cooperação, sendo possível a confirmação parcial da hipótese H1 para a modalidade de acordos bilaterais apenas. Com exceção deste resultado, em todos os outros testes as hipóteses nulas foram aceitas, pois apresentaram o valor de F calculado $< 3,25$.

A hipótese nula de que IDH não causa acordo bilateral foi parcialmente rejeitada, pois aceitou que apenas um tipo de acordo (I) possui relação de causa com o IDH. Desta forma, conclui-se que o IDH causa Granger no sentido unilateral para os acordos de cooperação bilaterais, pois apresentou $F > 3,25$, sendo possível dizer que o IDH tem relação de causalidade com os acordos bilaterais.

Neste caso, podemos relacionar o resultado com os fatores que compõe o IDH (educação, saúde e qualidade de vida). Os acordos são favorecidos devido à maior qualificação da população brasileira, principalmente no que diz respeito à educação, que causará externalidades positivas em vários aspectos, inclusive para os acordos bilaterais.

A tabela 3 apresenta os resultados da Causalidade de Granger que testou a relação de causa e efeito entre os acordos de cooperação das modalidades I, II e III e os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos PIB *per capita* e IDH. Ou seja, os resultados são referentes à hipótese H2, de que *Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) podem causar desenvolvimento socioeconômico;*

Tabela 3: Resultados dos testes de causalidade de Granger das modalidades dos acordos de cooperação x indicadores de desenvolvimento socioeconômico, Brasil - 2000 a 2014

Hipótese nula (H2)	Estatística F	Decisão sobre a hipótese nula
Acordo bilateral (I) não causa PIB <i>per capita</i>	1,1331	Aceitar
Acordo trilateral (II) não causa PIB <i>per capita</i>	0,3915	Aceitar
Acordo em bloco (III) não causa PIB <i>per capita</i>	1,7842	Aceitar
Acordo bilateral (I) não causa IDH	0,1312	Aceitar
Acordo trilateral (II) não causa IDH	0,6660	Aceitar
Acordo em bloco (III) não causa IDH	0,1237	Aceitar

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os resultados verificados na tabela 3, foi possível constatar que os acordos de cooperação não têm nenhuma relação de causa com os indicadores de desenvolvimento socioeconômicos (PIB *per capita* e IDH), pois todas as hipóteses nulas foram aceitas por apresentarem o valor de F calculado $< 3,25$. Portanto, pode-se concluir que a hipótese H2 em todos os testes realizados foi aceita como hipótese nula, ou seja, foi rejeitada em todos os casos.

A tabela 4 apresenta os resultados da Causalidade de Granger que testou a relação de bicausalidade entre os indicadores de desenvolvimento (PIB *per capita* e IDH) e os acordos de cooperação sul-sul. Ou seja, os resultados são referentes à hipótese H3, de que *Acordos de cooperação Sul-*

sul (I, II, III e IV) causam desenvolvimento socioeconômico e o contrário também é verdadeiro;

Tabela 4: Resultados dos testes de causalidade de Granger para relação bicausal das modalidades dos acordos de cooperação x indicadores de desenvolvimento socioeconômico, Brasil - 2000 a 2014

Hipótese nula (H3)	Estatística F	Decisão sobre a hipótese nula
PIB <i>per capita</i> não causa acordo bilateral (I)	0,2999	Aceita
Acordo bilateral (I) não causa PIB <i>per capita</i>	1,1331	Aceita
PIB <i>per capita</i> não causa acordo trilateral (II)	0,20712	Aceita
Acordo trilateral (II) não causa PIB <i>per capita</i>	0,3915	Aceita
PIB <i>per capita</i> não causa acordo em bloco (III)	0,2453	Aceita
Acordo em bloco (III) não causa PIB <i>per capita</i>	1,7842	Aceita
IDH não causa acordo bilateral (I)	3,2557	Rejeita
Acordo bilateral (I) não causa IDH	0,1312	Aceita

IDH não causa acordo trilateral (II)	0,8496	Aceita
Acordo trilateral (II) não causa IDH	0,6660	Aceita
<hr/>		
IDH não causa acordo em bloco (III)	1,5563	Aceita
Acordo em bloco (III) não causa IDH	0,1237	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise da tabela 4, pode-se concluir que em nenhum caso houve relação bicausal. Mesmo no caso em que o IDH apresentou relação com os acordos de cooperação bilateral, o contrário não foi verdadeiro.

No caso da hipótese 4 de que *Acordos de cooperação Sul-sul (I, II, III e IV) não causam desenvolvimento socioeconômico e nem desenvolvimento socioeconômico causa os acordos de cooperação*; pode-se concluir que em todos os casos, com exceção do IDH para acordos bilaterais (I), ela foi aceita, já que a relação de causalidade não foi identificada.

Os resultados fornecidos pelos testes de Causalidade de Granger evidenciaram que, ao menos até agora, o objetivo da cooperação sul-sul, realmente não visa o desenvolvimento socioeconômico do país que está concedendo a ajuda (no caso, o Brasil), conforme evidenciado pela ABC, pelo IPEA e por autores como Berndt (2009).

O quadro 8 esquematiza as hipóteses (H1, H2, H3 e H4) e os resultados obtidos pelos testes de Causalidade de Granger. Em apenas 1 das 12 hipóteses analisadas foi possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre o indicador de desenvolvimento IDH e acordos de cooperação bilateral. Vale ressaltar que as hipóteses aceitas nos testes de causalidade de Granger são as hipóteses nulas, e no quadro serão evidenciadas as hipóteses formuladas a fim de atingir os objetivos do trabalho.

Quadro 8: Esquematização das hipóteses e seus resultados nos testes de causalidade de Granger

	Hipótese	Modalidade I	Modalidade II	Modalidade III
PIB <i>per capita</i>	H1	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H2	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H3	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H4	Aceita	Aceita	Aceita
IDH	H1	Aceita	Rejeita	Rejeita
	H2	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H3	Rejeita	Rejeita	Rejeita
	H4	Aceita	Aceita	Aceita

Fonte: Dados da pesquisa

Após serem apresentados e analisados os resultados da análise descritiva, dos testes de causalidade de Granger e tomando como base o referencial teórico aqui apresentado, acredita-se que o presente estudo já tenha o embasamento suficiente para sua conclusão, onde será verificado se os objetivos propostos para a pesquisa foram alcançados.

5 CONCLUSÃO

Os acordos de cooperação sul-sul tem tido um relevante papel na agenda internacional brasileira, e este fato foi o principal motivo para a escolha do tema a ser estudado no presente trabalho. Desta forma, procurou-se identificar de que forma os acordos de cooperação técnica sul-sul causam efeitos, positivos ou negativos, tanto nos indicadores de desenvolvimento econômico (PIB *per capita*) quanto nos indicadores sociais (IDH) nacionais.

Uma grande limitação da pesquisa foi a restrição do tempo de análise a um período relativamente curto (2000 a 2014) com dados anuais, uma vez que grande parte dos acordos firmados antecede o ano de 2000. Caso o período fosse mais extenso, desde o início das atividades de cooperação sul-sul no Brasil, por volta da década de 1960, os resultados seriam mais significativos.

Percebe-se que Brasil possui em sua agenda internacional, muitos parceiros na cooperação sul-sul, que estão distribuídos em diversos continentes. São países que podem, futuramente, representar uma importante possibilidade de abertura de mercados consumidores para produtos brasileiros ou significativos parceiros políticos. Porém, estes acordos trouxeram poucos efeitos positivo para o Brasil na posição de doador da cooperação.

Os resultados aqui obtidos evidenciaram que os objetivos dos acordos de cooperação sul-sul não estão voltados para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Porém, ao levar as instituições nacionais para outros países para fornecer a cooperação técnica, o Brasil acaba, indiretamente, gerando oportunidades para o desenvolvimento da sua economia. Pode ser que futuramente, a cooperação sul-sul traga benefícios econômicos e sociais ao Brasil como país doador, mas por enquanto esses resultados positivos em nossa economia e sociedade ainda estão muito pouco evidentes.

Desta forma, o presente trabalho contribui para que os formuladores de políticas externas brasileiras tenham embasamento para avaliar a efetividade desses acordos. Ferramentas aqui utilizadas, como os testes de Causalidade de Granger, podem ser de grande utilidade para avaliar a causa e efeito dos acordos de cooperação sul-sul nos indicadores de desenvolvimento nacionais, possibilitando a melhoria dos acordos já existentes e auxiliando na formulação de novos acordos.

Caso realmente exista outros interesses envolvidos, como por exemplo a abertura novos mercados consumidores ou exploração de recursos naturais do país recipiendário, espera-se que seja possível o desenvolvimento brasileiro em anos posteriores. Pode-se concluir que os acordos aqui apresentados visam o desenvolvimento do país recipiendário, dando a ele condições e estrutura para se desenvolverem e futuramente possuírem o potencial para se firmarem como parceiros comerciais brasileiros.

Estudos futuros podem investigar quais foram os efeitos causados pelos acordos de cooperação sul-sul nos países que recebem a ajuda técnica, uma vez que eles visam a promoção do desenvolvimento dos países recipiendários através da capacitação de setores carentes de recursos. Estudos futuros também podem investigar o impacto dos efeitos que os acordos podem gerar sobre o desenvolvimento nacional por meios de técnicas estatísticas de regressão múltipla.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC, Agência Brasileira de Cooperação, Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-sul. 1ª edição. Brasília, edição da ABC, 2013

ABC, Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em < <http://www.abc.gov.br/>>. Acessado em 2014 e 4015. Acessado em 05 de março de 2015

AMSDEN, A e W. Chu. Beyond late development: Taiwans upgrading policies. Nova York, Oxford Iniversity Press, 1976

AYLLÓN, Bruno. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. Revista Economia e Relações Internacionais da FAAP, São Paulo, v. 5, n.8, p. 5-23 2006.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BERNDT, Priscila Pimont. A Cooperação Técnica Internacional como Instrumento da Política Externa Brasileira: O Brasil como doador junto aos países da africanos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. 2009

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal- uma resenha (2000b). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000.

BLANKENBURG, S.; PALMA, J. G.; TREGENNA, F. Structuralism. The New Palgrave Dictionary of Economics. Second Edition. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online, 2010.

CANDELON, B.: JOETS, M.: TOKPAVI, S. Testing of Granger – Causality in distribution tails: an aplication to oil markets inegration. Economic Modelling, Londos, v. 31, p. 276, Mar. 2013

CANDIDO, Aécio. Teorias do Desenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil caderno Leituras de Sociologia 2, editado por Cristina Barreto e Edmilson Lopes, no Departamento de Ciências Sociais da UERN, 1999.

CARNEIRO, F. G. A Metodologia dos Testes de Causalidade em Economia. Brasília: Universidade de Brasília (Departamento de Economia), 1997.

CHATURVEDI, S. India's development partnership: key policy shifts and institutional evolution. Cambridge review of international affairs, v. 25, n. 4, Dec. 2012a.

FGV, Fundação Getulio Vargas. Índice de desenvolvimento Social, 2009

GALÁN, M.: SANAHUJA, J.A. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento. Madri: Cideal, 1999

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª edição, São Paulo: Atlas 2008. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/1011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 26 nov 2014

GILPIN, R. The Political Economy of International Relations. Princeton, Nj, Princeton University, Nj, 1987

GUIMARÃES, J. R., JANUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Rb estudos urbanos e regionais v.7, n1 / maio 2005

GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

HAFFNER, Jaqueline Hernández. CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea. Organizações Internacionais: História e Práticas. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

ITAMARATY. Cooperação técnica. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica>> Acessado em 27 de setembro de 2014.

ITAMARATY, Seminário “Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”. Disponível em <

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2651&catid=42:notas&Itemid=280&lang=pt-br> Acessado em: 20 de outubro de 2014

ITAMARATY, Balanço de política externa 2003-2010 – Cooperação bilateral prestada. Disponível em <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-prestada>>. Acessado em 19/05/2015>. Acessado em dezembro de 2014

JACKSON, H. SORENSEN, G. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. 2 ed.rev. e ampl – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LAL, D. The poverty of “development economics”. Londres, Institute os Economis Affairs, 1983.

LEWIS, W.A.Theory os Economic Growth. Nova York, Harper & Row, 1970.

LIMA, L.B. Teorias do desenvolvimento e a cooperação internacional. Universidade de Relações Internacionais de Brasília, v.8, p.73-90, jan/jun.2010

MIYAMOTO, Shiguenoli. Brasil e as negociações multilaterais. Revista brasileira de política internacional volume 43 nº1 Brasília Jan/Junho 2000

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. 4ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2006

MANKIY, G. Introdução à economia. São Paulo: Cengage learnig. 6ª edição, 2013

MRE, Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?lang=pt-BR.>> Acessado em 27/04/2015.

MIRANDA, Carla Leal Lourenço de. Relações Internacionais e desenvolvimento local: uma análise da Cooperação Técnica Brasil – Alemanha (1997 – 2003), 2004, pg 26.

MYDRAL, G. Economic theory and underdeveloped regions. Londres, Duckworth, 1957

- NERFIN, Marc (Ed.). Another development: approaches and strategies. Uppsala: Dag Hammarskjold Foundation, 1977.
- NOGUEIRA, J.P, MESSARI, N. Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005
- OLIVEIRA, Henrique A. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil – Ásia. São Paulo Perspec. vol.16 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2002
- PALÁCIO DO PLANALTO. Programa de cooperação técnica descentralizada sul-sul. Palácio do Planalto – Presidência da República (2015). Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/saf-projetos/cooperacao-sul-sul/publicacoes/diretrizes-do-programa-de-cooperacao-tecnica-descentralizada-sul-sul>> Acessado em 27/04/2015>.
- PAYNE, A. The global politics os unequal development. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2005
- PINO, B. A, LEITE, I. C. O Brasil e a cooperação sul-sul: contribuições e desafios. Artigos do boletim meridiano. 2009
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em < <http://www.pnud.org.br/>> Acessado em: 27 de setembro de 2014.
- PREBISCH, R . O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- PREBISCH, R. The economic development of latin american na its principal problems. Nova York, Nações Unidas, 1950
- RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação horizontal Sul-Sul arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (1): 45-66 [2010]
- SAMUELSON, P.A. Economics. Na Introductory Analysis, Nova York, McGraw Hill, 7ª Ed., 1967
- SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007 South-South cooperation strategies in Brazilian Foreign Policy from 1993. Rev. Bras. Polít. Int. 50 (2): 42-59 [2007]

SCHIAVO – CAMPO, Salvatore; SINGER, Hans W. Perspectivas de desenvolvimento econômico. Tradução de Jorge Ferreira Santana. México: Fundo de Cultura Economica, 1977

SEM, Amartya. Desenvolvimento e liberdade. Tradução de Esther Rabasco e Luis Toharia. Barcelona: Planeta, 2000

SETOR DE PROJETOS. Estudo de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES) dos Estados Brasileiros. Fundação Getulio Vargas (2009). Disponível em <
[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6943/324.pdf?s](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6943/324.pdf?squence=1)
equence=1> Acessado em 24 de dezembro de 2014

SINGER, Hans W. Perspectivas de desenvolvimento econômico. Tradução de Jorge Ferreira Santana. México: Fundo de Cultura Economica, 1977

SILVA, A. C. R. D. Metodologia de Pesquisa aplicada à contabilidade. São Paulo: Atlas 2006

SILVESTRE, Rosa Maria. A horizontalização da cooperação técnica internacional: o caso das funções essenciais da saúde pública no Brasil. Universidade de Brasília, 2007, pg 47-53

SCHUMPETER, Joseph A. The Theory of economic development: na inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle. [S.1]: Oxford University, 1983

SOUZA, André de Melo. Repensando a Cooperação para o Desenvolvimento. IPEA, Governo Federal, 2014.

TIWARI, B. P. et AL. Na overview: sustaines release drug delivery Technologies with polymeric system. Pharma science monitor, Washignton, vol 4, nº 1, pg 3506, Jan 2013

TODARO, Michael P. Economia para um mundo em desenvolvimento: introdução aos princípios, problemas e políticas de desenvolvimento. México: Fundo de Cultura Economica, 1982

APÊNDICES

APÊNDICE A – Resultados das análises descritivas

Tabela 1A: Resultado da análise descritiva do PIB *per capita*

Estatísticas Descritivas, usando as observações 2000 – 2014			
para a variável d_PIBpercapita (14 observações válidas)			
Média	Mediana	Mínimo	Máximo
-314,764	92,3000	-5823,00	347,200
Desv. Padrão	C.V.	Enviesamento	Curtose Ex.
1589,39	5,04945	-3,29875	8,95820
Perc. 5%	Perc. 95%	Interv. IQ	Obs. Ausentes
indefinido	indefinido	206,225	1

Tabela 2A: Resultado da análise descritiva do IDH

Estatísticas Descritivas, usando as observações 2000 - 2014			
para a variável d_IDH (14 observações válidas)			
Média	Mediana	Mínimo	Máximo
-0,000214286	0,00500000	-0,0610000	0,0420000
Desv. Padrão	C.V.	Enviesamento	Curtose Ex.
0,0302761	141,289	-0,523856	-0,614917
Perc. 5%	Perc. 95%	Interv. IQ	Obs. ausentes
indefinido	indefinido	0,0497500	1

APÊNDICE B – Resultados dos testes de Causalidade de Granger

Tabela 1B: Resultado dos testes de causalidade de Granger para PIB – acordo bilateral

PIB – ACORDO BILATERAL				
Sistema VAR, grau de defasagem 2				
Estimativas MQO, observações 2003-2014 (T = 12)				
Log da verossimilhança = -118,8854				
Determinante da matriz de covariâncias = 1381221,5				
AIC = 21,4809				
BIC = 21,8850				
HQC = 21,3313				
Teste Portmanteau: LB(3) = 5,76855, gl = 4 [0,2171]				
Equação 1: d_PIBpercapita				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	-1266,53	1144,95	-1,1062	0,3052
d_PIBpercapita_1	0,339702	5,6005	0,0607	0,9533
d_PIBpercapita_2	3,53033	5,6252	0,6276	0,5502
d_Acordo1bilateral_1	409,247	654,705	0,6251	0,5517
d_Acordo1bilateral_2	149,264	680,765	0,2193	0,8327
Média var. dependente	-371,5250	D.P. var. dependente		1720,662
Soma resíd. quadrados	27623441	E.P. da regressão		1986,506
R-quadrado	0,151808	R-quadrado ajustado		-0,332873
F(4, 7)	0,313213	P-valor(F)		0,860592
rô	-0,399924	Durbin-Watson		1,352455
Testes-F com zero restrições:				
Todas as defasagens de d_PIBpercapita F(2, 7) = 0,20251 [0,8213]				
Todas as defasagens de d_Acordo1bilateral F(2, 7) = 0,29997 [0,7499]				
Todas as variáveis, defasagem 2 F(2, 7) = 0,34673 [0,7185]				
Equação 2: d_Acordo1bilateral				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	0,551279	0,596551	0,9241	0,3862
d_PIBpercapita_1	-0,00173513	0,00291802	-0,5946	0,5708
d_PIBpercapita_2	0,00346301	0,00293089	1,1816	0,2760
d_Acordo1bilateral_1	0,551767	0,34112	1,6175	0,1498
d_Acordo1bilateral_2	-0,425157	0,354698	-1,1986	0,2697
Média var. dependente	0,833333	D.P. var. dependente		1,029857
Soma resíd. quadrados	7,498969	E.P. da regressão		1,035027

R-quadrado	0,357231	R-quadrado ajustado	-0,010065
F(4, 7)	0,972597	P-valor(F)	0,479108
rô	-0,209262	Durbin-Watson	2,343152
Testes-F com zero restrições:			
Todas as defasagens de d_PIBpercapita		F(2, 7) = 1,1331 [0,3747]	
Todas as defasagens de d_Acordo1bilateral		F(2, 7) = 1,5482 [0,2775]	
Todas as variáveis, defasagem 2		F(2, 7) = 0,98667 [0,4193]	
Para o sistema como um todo			
Hipótese nula: a maior defasagem é 1			
Hipótese alternativa: a maior defasagem é 2			
Teste de razão de verossimilhança: Qui-quadrado(4) = 4,07419 [0,3961]			

Tabela 2B: Resultado dos testes de causalidade de Granger para PIB – acordo trilateral

PIB – ACORDO TRILATERAL				
Sistema VAR, grau de defasagem 2				
Estimativas MQO, observações 2003-2014 (T = 12)				
Log da verossimilhança = -110,67726				
Determinante da matriz de covariâncias = 351672,51				
AIC = 20,1129				
BIC = 20,5170				
HQC = 19,9633				
Teste Portmanteau: LB(3) = 3,39992, gl = 4 [0,4933]				
Equação 1: d_PIBpercapita				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	-1383,43	1264,02	-1,0945	0,3100
d_PIBpercapita_1	2,73262	5,89795	0,4633	0,6572
d_PIBpercapita_2	5,39082	5,5803	0,9660	0,3662
d_Acordo2trilateral_1	374,453	1296,07	0,2889	0,7810
d_Acordo2trilateral_2	752,035	1280,92	0,5871	0,5756
Média var. dependente	-371,5250	D.P. var. dependente		1720,662
Soma resíd.	28315308	E.P. da regressão		2011,229
Quadrados				
R-quadrado	0,130564	R-quadrado ajustado		-0,366256
F(4, 7)	0,262800	P-valor(F)		0,892860
Rô	-0,404324	Durbin-Watson		1,346001
Testes-F com zero restrições:				
Todas as defasagens de d_PIBpercapita F(2, 7) = 0,48829 [0,6331]				
Todas as defasagens de d_Acordo2trilateral F(2, 7) = 0,20712 [0,8177]				
Todas as variáveis, defasagem 2 F(2, 7) = 0,49224 [0,6309]				
Equação 2: d_Acordo2trilateral				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	-0,188595	0,31859	-0,5920	0,5725
d_PIBpercapita_1	0,00130744	0,00148655	0,8795	0,4083
d_PIBpercapita_2	0,000204909	0,00140649	0,1457	0,8883
d_Acordo2trilateral_1	0,120472	0,326668	0,3688	0,7232
d_Acordo2trilateral_2	0,0142566	0,32285	0,0442	0,9660
Média var. dependente	0,000000	D.P. var. dependente		0,426401
Soma resíd.	1,798785	E.P. da regressão		0,506921
Quadrados				
R-quadrado	0,100608	R-quadrado ajustado		-0,413331

F(4, 7)	0,195758	P-valor(F)	0,932910
R ^ô	0,031782	Durbin-Watson	1,934197
Testes-F com zero restrições:			
Todas as defasagens de d_PIBpercapita		F(2, 7) = 0,39152	[0,6900]
Todas as defasagens de d_Acordo2trilateral		F(2, 7) = 0,068401	[0,9345]
Todas as variáveis, defasagem 2		F(2, 7) = 0,010712	[0,9894]
Para o sistema como um todo			
Hipótese nula: a maior defasagem é 1			
Hipótese alternativa: a maior defasagem é 2			
Teste de razão de verossimilhança:		Qui-quadrado(4) = 1,65174	[0,7995]

Tabela 3B: Resultado dos testes de causalidade de Granger para PIB – acordo em blocos

PIB – EM BLOCO				
Sistema VAR, grau de defasagem 2				
Estimativas MQO, observações 2003-2014 (T = 12)				
Log da verossimilhança = -113,74413				
Determinante da matriz de covariâncias = 586307,72				
AIC = 20,6240				
BIC = 21,0281				
HQC = 20,4744				
Teste Portmanteau: LB(3) = 6,58585, gl = 4 [0,1595]				
Equação 1: d_PIBpercapita				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	-1514,9	1328,2	-1,1406	0,2916
d_PIBpercapita_1	3,42131	6,50587	0,5259	0,6152
d_PIBpercapita_2	5,98082	5,85113	1,0222	0,3407
d_Acordo3emblocos_1	713,175	1091,37	0,6535	0,5343
d_Acordo3emblocos_2	231,729	1033,66	0,2242	0,8290
Média var. dependente	-371,5250	D.P. var. dependente		1720,662
Soma resíd. quadrados	28026667	E.P. da regressão		2000,952
R-quadrado	0,139427	R-quadrado ajustado		-0,352329
F(4, 7)	0,283529	P-valor(F)		0,879748
rô	-0,831134	Durbin-Watson		1,518558
Testes-F com zero restrições:				
Todas as defasagens de d_PIBpercapita F(2, 7) = 0,54832 [0,6009]				
Todas as defasagens de d_Acordo3emblocos F(2, 7) = 0,2453 [0,7889]				
Todas as variáveis, defasagem 2 F(2, 7) = 0,52371 [0,6138]				
Equação 2: d_Acordo3emblocos				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	0,852981	0,452618	1,8846	0,1015
d_PIBpercapita_1	-0,00343671	0,00221704	-1,5501	0,1650
d_PIBpercapita_2	-0,00298592	0,00199392	-1,4975	0,1779
d_Acordo3emblocos_1	-0,409117	0,371913	-1,1000	0,3077
d_Acordo3emblocos_2	0,00705077	0,352245	0,0200	0,9846
Média var. dependente	0,083333	D.P. var. dependente		0,668558
Soma resíd. quadrados	3,254673	E.P. da regressão		0,681875
R-quadrado	0,338033	R-quadrado ajustado		-0,040235
F(4, 7)	0,893634	P-valor(F)		0,515234
rô	-0,015911	Durbin-Watson		1,409744

Testes-F com zero restrições:	
Todas as defasagens de d_PIBpercapita	$F(2, 7) = 1,7842 [0,2365]$
Todas as defasagens de d_Acordo3emblocos	$F(2, 7) = 0,60539 [0,5721]$
Todas as variáveis, defasagem 2	$F(2, 7) = 1,2164 [0,3520]$
Para o sistema como um todo	
Hipótese nula: a maior defasagem é 1	
Hipótese alternativa: a maior defasagem é 2	
Teste de razão de verossimilhança: Qui-quadrado(4) = 6,16078 [0,1875]	

Tabela 4B: Resultado dos testes de causalidade de Granger para IDH – acordo bilateral

IDH - BILATERAL					
Sistema VAR, grau de defasagem 2					
Estimativas MQO, observações 2003-2014 (T = 12)					
Log da verossimilhança = 15,323433					
Determinante da matriz de covariâncias = 0,00026662705					
AIC = -0,8872					
BIC = -0,4832					
HQC = -1,0368					
Teste Portmanteau: LB(3) = 11,9186, gl = 4 [0,0180]					
Equação 1: d_IDH					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	0,024896	0,0160575	1,5504	0,1650	
d_IDH_1	-0,701598	0,369671	-1,8979	0,0995	*
d_IDH_2	-0,618292	0,417621	-1,4805	0,1823	
d_Acordo1bilateral_1	-0,0248629	0,00996009	-2,4963	0,0412	**
d_Acordo1bilateral_2	-0,00691174	0,0137335	-0,5033	0,6302	
Média var. dependente	-0,001083	D.P. var. dependente		0,032815	
Soma resíd. quadrados	0,005331	E.P. da regressão		0,027597	
R-quadrado	0,549930	R-quadrado ajustado		0,292747	
F(4, 7)	2,138285	P-valor(F)		0,178883	
rô	-0,285781	Durbin-Watson		2,560379	
Testes-F com zero restrições:					
Todas as defasagens de d_IDH		F(2, 7) = 2,0096 [0,2043]			
Todas as defasagens de d_Acordo1bilateral		F(2, 7) = 3,2557 [0,1001]			
Todas as variáveis, defasagem 2		F(2, 7) = 1,5718 [0,2730]			
Equação 2: d_Acordo1bilateral					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	0,534058	0,680269	0,7851	0,4582	
d_IDH_1	7,76985	15,6609	0,4961	0,6350	
d_IDH_2	2,25006	17,6923	0,1272	0,9024	
d_Acordo1bilateral_1	0,500469	0,421954	1,1861	0,2743	
d_Acordo1bilateral_2	-0,128724	0,581814	-0,2212	0,8312	
Média var. dependente	0,833333	D.P. var. dependente		1,029857	
Soma resíd. quadrados	9,567904	E.P. da regressão		1,169121	
R-quadrado	0,179894	R-quadrado ajustado		-0,288738	
F(4, 7)	0,383870	P-valor(F)		0,814017	
rô	-0,080203	Durbin-Watson		2,124313	

Testes-F com zero restrições:	
Todas as defasagens de d_IDH	$F(2, 7) = 0,13122 [0,8791]$
Todas as defasagens de d_Acordo1bilateral	$F(2, 7) = 0,72522 [0,5173]$
Todas as variáveis, defasagem 2	$F(2, 7) = 0,13019 [0,8800]$
Para o sistema como um todo	
Hipótese nula: a maior defasagem é 1	
Hipótese alternativa: a maior defasagem é 2	
Teste de razão de verossimilhança: Qui-quadrado(4) = 5,09932 [0,2773]	

Tabela 5B: Resultado dos testes de causalidade de Granger para IDH – acordo trilateral

IDH – TRILATERAL				
Sistema VAR, grau de defasagem 2				
Estimativas MQO, observações 2003-2014 (T = 12)				
Log da verossimilhança = 22,173346				
Determinante da matriz de covariâncias = 8,5131637e-005				
AIC = -2,0289				
BIC = -1,6248				
HQC = -2,1785				
Teste Portmanteau: LB(3) = 3,15629, gl = 4 [0,5320]				
Equação 1: d_IDH				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	-0,00281848	0,0103571	-0,2721	0,7934
d_IDH_1	-0,228173	0,344201	-0,6629	0,5286
d_IDH_2	-0,501204	0,369201	-1,3575	0,2167
d_Acordo2trilateral_1	0,0273683	0,0223843	1,2227	0,2610
d_Acordo2trilateral_2	-0,00459436	0,0215788	-0,2129	0,8375
Média var. dependente	-0,001083	D.P. var. dependente		0,032815
Soma resíd. quadrados	0,008296	E.P. da regressão		0,034427
R-quadrado	0,299575	R-quadrado ajustado		-0,100668
F(4, 7)	0,748483	P-valor(F)		0,589121
rô	-0,116828	Durbin-Watson		2,090285
Testes-F com zero restrições:				
Todas as defasagens de d_IDH		F(2, 7) = 0,98892 [0,4185]		
Todas as defasagens de d_Acordo2trilateral		F(2, 7) = 0,84096 [0,4706]		
Todas as variáveis, defasagem 2		F(2, 7) = 1,1013 [0,3839]		
Equação 2: d_Acordo2trilateral				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	0,0246806	0,147394	0,1674	0,8718
d_IDH_1	5,64957	4,89839	1,1534	0,2866
d_IDH_2	1,14295	5,25417	0,2175	0,8340
d_Acordo2trilateral_1	-0,0988807	0,318556	-0,3104	0,7653
d_Acordo2trilateral_2	-0,0991531	0,307092	-0,3229	0,7562
Média var. dependente	0,000000	D.P. var. dependente		0,426401
Soma resíd. quadrados	1,680260	E.P. da regressão		0,489936
R-quadrado	0,159870	R-quadrado ajustado		-0,320204
F(4, 7)	0,333011	P-valor(F)		0,847639

rô	-0,014736	Durbin-Watson	2,023151
Testes-F com zero restrições:			
Todas as defasagens de d_IDH		F(2, 7) = 0,66602 [0,5435]	
Todas as defasagens de d_Acordo2trilateral		F(2, 7) = 0,085435 [0,9191]	
Todas as variáveis, defasagem 2		F(2, 7) = 0,061343 [0,9410]	
Para o sistema como um todo			
Hipótese nula: a maior defasagem é 1			
Hipótese alternativa: a maior defasagem é 2			
Teste de razão de verossimilhança: Qui-quadrado(4) = 4,02349 [0,4028]			

Tabela 6B: Resultado dos testes de causalidade de Granger para IDH – acordo em bloco

IDH – EM BLOCO				
Sistema VAR, grau de defasagem 2				
Estimativas MQO, observações 2003-2014 (T = 12)				
Log da verossimilhança = 16,623423				
Determinante da matriz de covariâncias = 0,00021468804				
AIC = -1,1039				
BIC = -0,6998				
HQC = -1,2535				
Teste Portmanteau: LB(3) = 6,20706, gl = 4 [0,1842]				
Equação 1: d_IDH				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	-0,00378332	0,009413	-0,4019	0,6997
d_IDH_1	-0,260853	0,305035	-0,8552	0,4208
d_IDH_2	-0,440732	0,314735	-1,4003	0,2041
d_Acordo3emblocos_1	0,00775168	0,0146958	0,5275	0,6142
d_Acordo3emblocos_2	0,0251607	0,014826	1,6971	0,1335
Média var. dependente	-0,001083	D.P. var. dependente		0,032815
Soma resíd. quadrados	0,007123	E.P. da regressão		0,031899
R-quadrado	0,398673	R-quadrado ajustado		0,055057
F(4, 7)	1,160229	P-valor(F)		0,403885
rô	-0,041412	Durbin-Watson		1,857784
Testes-F com zero restrições:				
Todas as defasagens de d_IDH		F(2, 7) = 1,248 [0,3439]		
Todas as defasagens de d_Acordo3emblocos		F(2, 7) = 1,5563 [0,2759]		
Todas as variáveis, defasagem 2		F(2, 7) = 2,0584 [0,1981]		
Equação 2: d_Acordo3emblocos				
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>
const	0,0777909	0,242979	0,3202	0,7582
d_IDH_1	-1,7831	7,87391	-0,2265	0,8273
d_IDH_2	3,41768	8,1243	0,4207	0,6866
d_Acordo3emblocos_1	0,0164786	0,379344	0,0434	0,9666
d_Acordo3emblocos_2	-0,0300613	0,382706	-0,0785	0,9396
Média var. dependente	0,083333	D.P. var. dependente		0,668558
Soma resíd. quadrados	4,745977	E.P. da regressão		0,823406
R-quadrado	0,034717	R-quadrado ajustado		-0,516874
F(4, 7)	0,062939	P-valor(F)		0,991047

rô	0,048013	Durbin-Watson	1,109250
Testes-F com zero restrições:			
Todas as defasagens de d_IDH	F(2, 7) = 0,12376 [0,8855]		
Todas as defasagens de d_Acordo3emblocos	F(2, 7) = 0,0041225 [0,9959]		
Todas as variáveis, defasagem 2	F(2, 7) = 0,088487 [0,9163]		
Para o sistema como um todo			
Hipótese nula: a maior defasagem é 1			
Hipótese alternativa: a maior defasagem é 2			
Teste de razão de verossimilhança: Qui-quadrado(4) = 6,60014 [0,1586]			